



**FACULDADE ANTONIO MENEGHETTI  
BRUNA WOLLMANN**

**O LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL (LCDPR): UMA  
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA GESTÃO  
FINANCEIRA DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS**

**RECANTO MAESTRO - RESTINGA SÊCA/RS  
2021**

**BRUNA WOLLMANN**

**O LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL (LCDPR): UMA  
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA GESTÃO  
FINANCEIRA DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, Curso de Graduação em Administração, Faculdade Antonio Meneghetti - AMF.

Orientadora: Prof. Me. Rafaela Dutra Tagliapietra

**BRUNA WOLLMANN**

**O LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL (LCDPR): UMA  
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA GESTÃO  
FINANCEIRA DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, Curso de Graduação em Administração, Faculdade Antonio Meneghetti - AMF.

Orientadora: Prof. Me. Rafaela Dutra Tagliapietra

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Rafaela Dutra Tagliapietra  
Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso  
Faculdade Antonio Meneghetti

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Leandra Calegare Meneghetti  
Membro da Banca Examinadora  
Faculdade Antonio Meneghetti

---

Prof. Dr. Marcelo Pastoriza Tatsch  
Membro da Banca Examinadora  
Faculdade Antonio Meneghetti

**Recanto Maestro, 19 de novembro de 2021.**

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo estimaria agradecer a Deus, pela vida, pelas minhas conquistas e pelas pessoas maravilhosas que tenho ao meu lado.

Agradeço aos meus pais Adriano e Ester, e a minha irmã Sabrina, pelo amparo que a cada instante me deram, pelo estímulo ao meu crescimento e pelo amor que sempre tiveram por mim.

Agracio todos os meus familiares e amigos, pelo apoio e compreensão que tiveram comigo, por confiar em mim e por fazerem parte dessa trajetória.

Sou grata a todos os professores que de alguma forma contribuíram com meu desenvolvimento. Especialmente a professora Rafaela, por acreditar no meu potencial, que com muita paciência, dedicação e atenção me orientou para que este estudo fosse construído.

Enfim, deixo o meu mais sincero agradecimento a todas as pessoas que em algum momento prezaram por mim.

## **DEDICATÓRIA**

Com muito apreço, dedico este trabalho aos meus pais, Ester e Adriano.

*“Não vemos as coisas como elas são, mas como nós somos.”  
(Anais Nin)*

## RESUMO

O contexto das propriedades rurais não é tão distante da realidade de outros setores empresariais. Por isso, para tais organizações também é necessário que seja feita uma gestão financeira eficiente e direcionada para a lucratividade. Diante deste cenário, e para responder o problema proposto, este estudo possui como objetivo geral apresentar uma proposta de aplicação do fluxo de caixa para a gestão financeira de pequenos empreendimentos agrícolas, por meio do modelo proposto pelo *software* Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR). Assim, o propósito para a realização da pesquisa foi de aplicar as diretrizes do LCDPR para a gestão financeira de pequenas propriedades rurais do município de Candelária, no estado do Rio Grande do Sul (RS). Para isso, foi utilizada uma metodologia de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e delineamento aplicado, visto que foram analisados dados financeiros de um empreendimento rural. Desse modo, a análise resultou na exibição do fluxo de caixa da propriedade rural e da exemplificação de seu livro caixa por meio da escrituração no Programa Atividade Rural. Com base nessa proposta, concluiu-se que a consolidação do fluxo de caixa neste *software* possibilita uma visualização organizada e objetiva, além de fornecer uma preparação econômica ao produtor rural se o LCDPR vier a ser obrigatório a todos os produtores, independentemente de seu faturamento. Além disso, a ferramenta permite que as perspectivas de negócio sejam ampliadas, visto que seu uso é relevante para a gestão financeira da propriedade rural.

**Palavras-chave:** Propriedade Rural; Gestão Financeira; Fluxo de Caixa; Pequenas Propriedades.

## ABSTRACT

The context of rural properties is not so far from the reality of other business sectors. Therefore, for such organizations it is also necessary to carry out an efficient and profitable financial management. In view of this scenario, and to answer the proposed problem, this study has the general objective of presenting a proposal for the application of cash flow for the financial management of small rural properties, through the model proposed by the software Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR). Thus, the purpose for conducting the research was to apply the LCDPR guidelines for the financial management of small rural properties in the municipality of Candelária, in the state of Rio Grande do Sul (RS). For this, a descriptive research methodology was used, with a qualitative approach and applied design, as financial data of a rural property were analyzed. Thus, the analysis resulted in the display of the rural property's cash flow and the example of its cash book through bookkeeping in the Rural Activity Program. Based on this proposal, it was concluded that the consolidation of cash flow in this software enables an organized and objective view, in addition to providing economic preparation for the rural producer if the LCDPR becomes mandatory for all producers, regardless of their income. In addition, the tool allows business perspectives to be expanded, as its use is relevant for the financial management of rural properties.

**Keywords:** Rural Property; Financial management; Cash flow.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Trajetória da Pesquisa.....	44
Figura 2 - Tela inicial do Programa Atividade Rural .....	52
Figura 3 - Novo Contribuinte .....	53
Figura 4 - Identificação do Contribuinte .....	53
Figura 5 - Tipos de Contas .....	54
Figura 6 - Receita da Atividade Rural .....	55
Figura 7 - Produtos da Agricultura.....	55
Figura 8 - Despesas de Custeio e Investimento.....	56
Figura 9 - Outros Tipos de Conta .....	57
Figura 10 - Início da Escrituração .....	57
Figura 11 - Dados do Lançamento .....	58
Figura 12 - Apresentação do Lançamento.....	59
Figura 13 - Consolidação 2018.....	60
Figura 14 - Consolidação 2019.....	61
Figura 15 - Consolidação 2020.....	62

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fluxo de caixa .....	38
Quadro 2 - Plano de Contas da Propriedade.....	49
Quadro 3 - Volume de Entradas, Saídas e Saldo de Caixa no Período de 2018 a 2020.....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS

AMF	Antonio Meneghetti Faculdade
CCL	Capital Circulante Líquido
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capital
COPEs	Coordenação de Pesquisa
DIRPF	Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
e-CAC	Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GAF	Grau de Alavancagem Financeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITR	Imposto Territorial Rural
LCDPR	Livro Caixa Digital do Produtor Rural
RFB	Receita Federal do Brasil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SRF	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
TIR	Taxa Interna de Retorno
VPL	Valor Presente Líquido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
2.1	PROPRIEDADES RURAIS .....	17
<b>2.1.1</b>	<b>O Produtor Rural.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2</b>	<b>O Meio Rural de Candelária – RS .....</b>	<b>23</b>
2.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	25
<b>2.2.1</b>	<b>Funções da Administração Financeira .....</b>	<b>28</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Decisões de Financiamento, Investimento e de Gerenciamento do Capital de Giro .....</b>	<b>29</b>
<b>2.2.3</b>	<b>A Ferramenta Fluxo de Caixa .....</b>	<b>37</b>
2.2.3.1	As Diretrizes do Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR).....	41
<b>3</b>	<b>MÉTODO APLICADO NA PESQUISA .....</b>	<b>43</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	43
3.2	ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO .....	44
3.3	MÉTODO DE COLETA DE DADOS .....	45
3.4	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	46
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>48</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE .....	48
4.2	LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS .....	49
4.3	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL.....	51
4.4	CONSOLIDAÇÃO FLUXO DE CAIXA 2018, 2019 e 2020.....	59
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a importância da administração financeira para o gerenciamento de pequenos empreendimentos rurais. Para Frühauf (2014), a gestão dos recursos financeiros e de produção necessária para uma propriedade rural precisa fazer uso de meios e ferramentas como as adotadas e aplicadas nas empresas. Então, assim como um administrador coordena as atividades e práticas empresariais dentro de uma organização, no campo o produtor rural deve realizar essa tarefa com o auxílio de mecanismos semelhantes.

No município de Candelária – RS haviam, em 2018, 3.647 propriedades rurais e no mesmo ano toda a área plantada foi colhida. As principais culturas do município eram soja, arroz, fumo, milho e mandioca, o que resultou em R\$ 270,6 milhões sobre a produção agrícola deste ano (SEBRAE, 2018). Em 2017, o IBGE realizou um censo agropecuário, onde foi constatado que em Candelária a área com empreendimentos agrícolas correspondia a 71.161 hectares.

As propriedades rurais apresentam diversas especificidades e características em comum com organizações empresariais. Assim como as empresas, as propriedades rurais precisam de gestão financeira, de produção e de recursos humanos para seu desenvolvimento. A maioria dos empreendimentos rurais são gerenciados pelo produtor rural, juntamente com a sua família, o que no mundo empresarial é visto apenas em empresas familiares (QUEIROZ, 2014).

Normalmente, em pequenas propriedades rurais a produção é pequena, devido a mão de obra ser familiar e a área territorial limitada. Nesses empreendimentos, verifica-se com frequência, que não há um direcionamento assertivo para o emprego dos recursos financeiros e que os custos para a produção e manutenção da propriedade não são controlados. Muitas vezes, o produtor não diferencia os seus gastos pessoais dos gastos do seu negócio, o que pode resultar em problemas para ele, e desestabilizar sua gestão financeira (FRÜHAUF, 2014).

Como é comum os produtores rurais gerenciarem as atividades que exercem em seu negócio, por vezes, existe uma sobrecarga de tarefas. Assim, a gestão financeira não ganha a atenção devida, o que reflete negativamente na rentabilidade e no crescimento da propriedade. Apesar de ser uma tarefa complexa, até mesmo para esses empreendimentos, a gestão financeira precisa ser efetiva, evitando prejuízos para a propriedade rural (SEBRAE, 2020).

Os produtores rurais sabem na prática: o que, onde, como e quando produzir. Entretanto, o que eles muitas vezes não sabem, é o quanto essa produção custou e qual a sua rentabilidade (OSAKI, 2012). Com a administração financeira, através do fluxo de caixa, torna-se possível a esses produtores visualizar as movimentações de dinheiro do seu negócio, os recursos financeiros disponíveis e a liquidez do empreendimento. Desta forma, o proprietário sabe facilmente quanto gastou e quanto recebeu (GONÇALVES; CONTI, 2011).

Nos empreendimentos rurais em que os proprietários desconhecem, negligenciam ou não executam adequadamente a gestão de seu dinheiro, constantemente há prejuízos. Um pequeno problema leva a outro: o prazo de validade dos produtos vence, os custos não são monitorados, e por vezes o produtor não tem conhecimento do exato destino de seus recursos financeiros. Conseqüentemente, a capacidade de gerar lucro da propriedade é afetada (SEBRAE, 2020).

Estes problemas acontecendo frequentemente, demonstram que há uma grande chance de o negócio não ser mais viável. Para o produtor manter a continuidade das suas atividades precisa corrigir esses erros, verificando as reais causas dos problemas. Para isso, conta com a ajuda da administração financeira, que além de promover um maior controle de seu dinheiro, também fornece suporte a tomada de suas próximas decisões (SEBRAE, 2020).

Nesse sentido, destaca-se que a administração financeira é um conjunto de ações que tem por finalidade gerir corretamente todos os recursos de uma organização, para torná-la rentável. Quando efetiva, permite o controle dos recursos, o planejamento das finanças e a análise dos resultados financeiros, além de fornecer apoio para futuras tomadas de decisões (GITMAN, 2010; KUHN, 2012).

A gestão financeira engloba decisões financeiras: decisões de financiamento, de investimento e de gerenciamento de capital de giro. Decisões de financiamento consistem em decisões acerca de obter linhas de crédito junto a instituições financeiras, sendo necessário entender o custo de capital para tomar decisões financeiras de longo prazo. Decisões de investimento, entre duas possíveis escolhas, é a decisão pelo investimento que irá gerar um maior retorno com menos riscos (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016). Já o capital de giro corresponde ao dinheiro que fica em movimento dentro da empresa (HOJI, 2009).

Para ter uma administração financeira eficiente e que proporcione resultados é necessário, inicialmente, elaborar um fluxo de caixa do negócio. Esta ferramenta equivale a uma tabela onde são apresentadas as contas que o empreendimento possui, sendo atribuído a elas seus respectivos valores, em um período de tempo. Além disso, o fluxo de caixa ainda

indica o somatório dessas contas, sendo dividido entre entradas e saídas, fornecendo o saldo inicial, operacional e final (GONÇALVES; CONTI, 2011; KUHN, 2012).

Seguindo novas exigências legais, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.848/2018 a Receita Federal instaurou o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), que consiste em uma obrigação anual, utilizada como uma forma de lançamento contábil para os agricultores como pessoa física. A partir do ano de 2020, seu uso passou a ser obrigatório a produtores rurais que possuem receita bruta acima de R\$ 4.800.000,00. Para agricultores com receita bruta menor a este valor, a entrega do LCDPR não é obrigatória (MANUAL LCDPR, 2021).

Assim sendo, o problema de pesquisa definido é: **Como as diretrizes do LCDPR podem auxiliar na gestão financeira das pequenas propriedades rurais do município de Candelária-RS?**

Em decorrência do problema de pesquisa, o objetivo geral é propor a aplicação das diretrizes do LCDPR para a gestão financeira de pequenas propriedades rurais do município de Candelária-RS. Os objetivos específicos apresentam-se como: (1) Diagnosticar o contexto de negócio, frente ao gerenciamento financeiro executado pelos pequenos empreendimentos agrícolas do município de Candelária-RS; (2) Apresentar as diretrizes do modelo de fluxo de caixa proposto pelo LCDPR, diante das pequenas propriedades rurais do município de Candelária-RS; (3) Aplicar o modelo do LCDPR para um pequeno negócio rural do município de Candelária-RS.

O referencial teórico deste trabalho estrutura-se em dois capítulos. O primeiro contempla a caracterização de propriedades rurais, sendo constituído por um subcapítulo sobre o produtor rural e outro sobre o meio rural de Candelária – RS, município onde localiza-se a propriedade analisada para este estudo. Já o segundo capítulo aborda a administração financeira, contendo um subcapítulo com as funções e importância da gestão das finanças, outro apresentando as decisões financeiras, um com uma descrição específica de fluxo de caixa, além de relatar diretrizes do LCDPR.

Em propriedades rurais são desenvolvidas atividades agropecuárias, o cultivo de alimentos e a criação de animais. Atividades que são vitais para a sobrevivência de todos os seres humanos no mundo e que são essências para a economia vigorar adequadamente. Todas as pessoas precisam de alimentos, estes que tem origem no campo. Desta forma, a motivação da autora em relação a escolha deste assunto para esta pesquisa foi a valorização da agricultura, além do interesse tanto pela área financeira quanto pela área rural. Crescendo em

um empreendimento agrícola, tem conhecimento de como as atividades acontecem na prática e vê o quanto a gestão dos recursos financeiros é importante para o desenvolvimento da propriedade. Acredita ainda, que através dessa pesquisa, possa contribuir ainda mais com o negócio da sua família, e demais propriedades rurais da região.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No referencial teórico, inicialmente, é apresentada informações referentes a propriedades rurais, com enfoque nas pequenas propriedades. Também são expostas características do produtor rural e as atividades rurais mais expressivas de Candelária – RS. Após, o trabalho aborda a conceituação, importância e funções da administração financeira, bem como a descrição de fluxos de caixa e as diretrizes do LCDPR.

### 2.1 PROPRIEDADES RURAIS

Uma propriedade rural pode ser classificada em pequena, média ou grande, segundo as atividades nela exercidas e também os padrões estabelecidos no município, como o módulo fiscal. Módulo fiscal foi conceituado inicialmente no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), onde são regulados os direitos e deveres dos imóveis rurais perante execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Porém, na Lei nº 6.746/1979 este conceito foi ajustado, sendo então, um módulo fiscal a unidade de medida, em hectares, com valor fixado pelo INCRA para cada município. Esse, por sua vez, considera o que é explorado predominantemente no município, a renda obtida com essa exploração, outras explorações do município expressivas quanto a renda ou área utilizada e o conceito de propriedade familiar.

Ainda na Lei Nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, é esclarecido que os tipos de exploração predominante no município podem ser: I – hortifrutigranjeira; II – cultura permanente; III – cultura temporária; IV – pecuária e V – florestal. A dimensão de um módulo fiscal pode variar de acordo com o município onde está localizada a propriedade. No Brasil, o valor do módulo fiscal tem variação entre 5 e 110 hectares, sendo o módulo fiscal da cidade de Candelária 20 hectares (EMBRAPA, 2021). A quantidade de módulos fiscais é usada para aplicação da alíquota no cálculo do ITR, decreto Nº 84.685/1980 da Lei Nº 6.746/1979.

De acordo com a Lei Nº 8.629/1993 (Art. 4, I, II e III) é definido que o Imóvel rural é a edificação rústica da área contínua, independente de localização, que promova ou possa promover a exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial. A mesma lei define que pequena propriedade é o imóvel com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, e média propriedade corresponde ao imóvel rural de área superior a quatro e até 15 módulos fiscais. Subentende-se que o minifúndio é o imóvel rural com área menor que um módulo fiscal e que grande propriedade é aquela com área superior a 15

módulos fiscais. Assim, para enquadrar-se como pequena propriedade rural, no município de Candelária-RS, é preciso ter entre 20 e 80 hectares de terra.

Segundo Queiroz (2014), uma propriedade rural se enquadra em três categorias: agrícola, pecuária ou mista. Em propriedades rurais agrícolas é realizada apenas a prática da agricultura, ao contrário de uma propriedade rural pecuária, onde é realizado somente a criação de animais. Há ainda as propriedades mistas, onde são desenvolvidas simultaneamente atividades agrícolas e pecuárias. Desempenhando dois serviços são consideradas diversificadas, diferente das propriedades especializadas, aquelas em que é cultivada somente uma cultura temporária ou permanente.

De acordo com Queiroz (2014), é uma propriedade rural quando o proprietário atua visando seu próprio proveito, levando a mesma com auxílio de seus familiares e poucos empregados. Na maioria das propriedades, o produtor rural é responsável por todas as medidas, como pessoa física. Assim, todos os recursos financeiros são próprios ou provenientes de empréstimos bancários. Para este mesmo autor, propriedade rural pode ser considerada uma firma individual.

Queiroz (2014), cita como vantagens derivadas de uma propriedade rural a posse do lucro para o proprietário; o custo organizacional baixo, pois não é exigido um documento formalizando e legalizando a abertura de uma firma individual; e o rendimento da firma individual é tarifado como renda pessoal do produtor rural. Em contraponto, a responsabilidade do produtor rural é ilimitada, podendo todo seu patrimônio pessoal ser utilizado para arcar com obrigações jurídicas.

Segundo um e-book disponibilizado pelo SEBRAE (2020), com frequência são os próprios produtores rurais que cuidam das atividades realizadas em seu negócio. Além da agricultura, tomam conta da pecuária, compra de equipamentos, emprego de mão de obra, etc. Logo, a gestão financeira do negócio não é priorizada, o que pode diminuir a rentabilidade e limitar o crescimento da propriedade. Realizar uma adequada gestão financeira de um negócio é uma tarefa complexa, e não sendo efetiva, com uma simples falta de atenção, pode resultar em prejuízos para a propriedade rural e suas operações (SEBRAE, 2020).

Como a capacidade de financiamento é limitada ao que o produtor tem potencial para atingir em sua propriedade, a aquisição de meios é restrita. Também podem haver dificuldades na gestão da propriedade, levando em consideração que o proprietário sabe realizar todas as atividades. Outras desvantagens expostas por Queiroz (2014), são as poucas oportunidades de crescimento profissional para os empregados e, no caso de falecimento do

proprietário, a continuação das atividades é complexa, visto que, nesse caso podem existir desavenças entre os herdeiros resultando em adversidades na sucessão.

Diferente da indústria e do comércio, na agricultura familiar<sup>1</sup> há muitas condições que dificultam a produção de alimentos. O setor rural sofre interferência contínua de situações que expõem riscos e dúvidas presentes em negócios agrícolas, considerando as condições do ambiente em que se insere e a atividade desenvolvida na propriedade (QUEIROZ, 2014). Como exemplo desses fatores, o autor apresenta o clima, as constantes modificações do mercado e a política econômica brasileira que se modifica de acordo com o governo.

Conhecer esse quadro é importante para o produtor rural, que pode planejar adequadamente suas estratégias de negócio alinhadas aos aspectos que podem intervir na atividade que exerce. Em grande parte do uso agrícola a terra possui clara e potente participação no ciclo de produção. “Assim, o empresário rural deve conhecer e analisar as características físicas, biológicas, químicas e topográficas de sua ‘grande fábrica’: a terra” (QUEIROZ, 2014, p. 18). Vale lembrar que em casos que o produtor rural tiver problemas na compreensão dessas variáveis, deve buscar um profissional hábil e capacitado para lhe ajudar, como um agrônomo ou um veterinário.

De acordo com Queiroz (2014), um fator que mantém grande parte das explorações agropecuárias é o clima, que estabelece quando será o plantio da cultura produzida, e também quando será a colheita, quando é a melhor época para a aplicação dos insumos agrícolas e pecuários, e ainda a quantidade de animais que a pastagem poderá alimentar. O clima é um fator a ser levado em consideração na escolha da cultura que será produzida na propriedade, juntamente com os atributos da terra, onde se localiza o mercado e a flexibilidade de transporte (QUEIROZ, 2014).

Os riscos estão presentes em todas as empresas, e para uma propriedade rural não é diferente, adversamente, em atividades agrícolas os riscos são ainda maiores. “Além dos riscos próprios do mercado e da economia, a agricultura está exposta aos fenômenos climáticos, como a seca, a chuva em excesso, o granizo e a geada” (QUEIROZ, 2014, p.18). O produtor rural ainda pode perder sua lavoura ou seu rebanho, ou ter a produtividade reduzida, com doenças nos animais, e ataque de pragas nas plantas. Diferente de indústrias, em propriedades rurais nem todas as atividades são realizadas em sequência, não havendo um

---

<sup>1</sup> De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2021) a agricultura familiar são negócios rurais nos quais a família gerencia e a atividade nela exercida é responsável pela geração de renda. A agricultura familiar quem fornece a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

fluxo contínuo de produção. Sendo assim, o uso da mão de obra da propriedade precisa ser bem planejado e conferido (QUEIROZ, 2014).

De acordo com Queiroz (2014), a produção agrícola de determinada cultura pode ser executada por muitos agricultores e em propriedades rurais de regiões diferentes, sendo então a produção agrícola homogênea, não dispondo de distinção de marca e qualidade. Isso quer dizer que um produtor rural não pode, singularmente, definir o preço da sua produção agrícola, a menos que o produto tenha um diferencial. Conseqüentemente, o proprietário precisa aceitar o preço definido pelo mercado, na compra dos insumos e também na venda da sua produção. O que sobra ao produtor rural, é reduzir os custos de produção, procurar obter uma produtividade maior e vender sua produção quando o preço do mercado estiver mais elevado, dessa maneira viabilizando seu negócio (QUEIROZ, 2014).

Muitas vezes, a rotina do agricultor e pecuarista é corrida, o que o faz deixar de lado a gestão financeira da propriedade. Porém, essa atitude resulta em problemas para o produtor. Esses obstáculos poderiam ser evitados sem muito esforço se o proprietário usasse ferramentas financeiras de gerenciamento, organizando seu dinheiro da melhor maneira possível (SEBRAE, 2020). Como Queiroz (2014), relata em sua pesquisa, propriedades rurais, geralmente, são gerenciadas pela própria família. Assim, a agricultura familiar expõe não só um nível de capital de exploração alto, como também um alto nível de comercialização. Isso se deve por sua localização ser perto do módulo regional e na maioria dos casos, o trabalho familiar não ser remunerado.

Quando uma análise de resultados é feita em uma propriedade, os dados e informações coletados precisam ser “limpos”, ou seja, não podem sofrer influências de acontecimentos fora do negócio. Então, mesmo que haja mais do que uma atividade sendo exercida na propriedade, as informações sobre as receitas e as despesas precisam ser organizadas e controladas individualmente (ANTUNES; RIES, 2001). Antunes e Ries (2001), concluem que para a tomada de decisões a visão a ser levada em consideração é a “visão micro”, pois a “visão macro” tem melhor utilidade para a avaliação da rentabilidade e do crescimento econômico no geral.

Para iniciar a produção de uma cultura agrícola em uma propriedade o custo é elevado, visto que é preciso investir no empreendimento e comprar equipamentos e máquinas que serão utilizados no desenvolvimento das atividades. Para encerrar as atividades agrícola, as chances de o produtor rural ter um prejuízo são grandes, isso porque há uma dificuldade de desapossar-se dos equipamentos a um preço justo e que compense para o proprietário

(QUEIROZ, 2014). É por esses motivos que o produtor precisa pensar bem antes de entrar ou sair do seu negócio. Assim, apesar da possibilidade de não ter rentabilidade em todas as safras, o produtor continua com sua produção.

Para uma melhor compreensão do leitor serão conceituados e exemplificados, a realidade de uma propriedade rural, informações relevantes para a análise de custos. De acordo com Antunes e Ries (2001), custos diretos são todas as despesas que podem ser pagas diretamente sem o envolvimento de um terceiro, como o pagamento da mão de obra de um serviço específico realizado na lavoura. Custos indiretos são aqueles gastos com insumos ou serviços, sendo a vantagem por eles gerada usada por mais de uma atividade produtiva. Um bom exemplo desse tipo de custo é um investimento na compra de maquinário, equipamento que será usado tanto para a lavoura quanto para a plantação de pastagens para o gado.

Antunes e Ries (2001, p.83), definem custos derivados como aqueles que “são compostos por todos os prejuízos [...] que determinadas atividades produtivas, por estarem sendo desenvolvidas, geram outras atividades produtivas, ou para o negócio como um todo”. Muitos produtores utilizam agroquímicos em suas lavouras, que podem contaminar a água de açudes que fornecem este recurso necessário ao gado, assim gerando custos derivados com outra fonte de água para os animais. Custos administrativos são os custos que não estão relacionados com a atividade produtiva em si, porém, são precisos para o desenvolvimento delas, como a manutenção do veículo usado pelo produtor (ANTUNES; RIES, 2001).

Como consequência de uma gestão financeira desorganizada, custos descontrolados, materiais vencidos, o SEBRAE (2020), relata prejuízos constantes. Todos os problemas, juntos, afetam a capacidade da propriedade rural gerar lucros. Logo tais dificuldades, acontecendo com frequência e o produtor rural não conseguindo verificar as reais causas, a probabilidade de a propriedade rural ir à falência é elevada. Desta forma, esse é outro motivo da importância de se implantar um controle de gestão financeira no negócio, evitando esses problemas.

### **2.1.1 O Produtor Rural**

Agricultor familiar e empreendedor familiar rural são conceituados no Art. 3º da Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, como a pessoa que pratica atividades no meio rural. Essa pessoa precisa, ao mesmo tempo, apresentar exigências como não possuir área maior do que quatro módulos fiscais, ter mão de obra predominante familiar no seu empreendimento, as

atividades econômicas do seu empreendimento precisam ter percentual mínimo na origem da renda familiar e o negócio deve ser gerido pelo proprietário juntamente com sua família.

Em meados dos anos 50 ou 60, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) julgava como pequeno produtor os proprietários de terra que possuíam entre 80 a 100 hectares; como médios produtores quem possuía área entre 100 a 500/600 hectares e quem possuía mais do que 500/600 hectares de terra era considerado grande produtor (QUEIROZ, 2014). Atualmente, o órgão governamental que define essas dimensões é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Antunes e Ries (2001, p. 33), definem como empreendedor “[...] a pessoa que cria ou desenvolve algum negócio ou atividade produtiva, buscando inovar e se diferenciar dos outros, com o objetivo de adicionar valor e renda para suas atividades e seus produtos e serviços”. Assim, é possível dizer que um produtor rural pode ser um empreendedor, pois desenvolve uma ou mais atividades visando o aumento da rentabilidade dela. O empreendedor é quem procura novidade, aproveitamento de oportunidades de negócios, criando serviço e renda, no local que reside. É significativo para o produtor rural que ele seja capaz de liderar as pessoas que trabalham com ele, já que a lucratividade do negócio depende também do trabalho em equipe (ANTUNES; RIES, 2001).

Segundo Antunes e Ries (2001), o empreendedor rural precisa apresentar três características para obter sucesso em seu negócio. A primeira delas é a habilitação técnica, referindo-se a todo conhecimento que o proprietário necessita ter sobre a sua atividade, para fazê-la da melhor forma. A segunda qualificação é a habilitação humana ou gerencial, que engloba o relacionamento do produtor com as pessoas que trabalham com ele. É importante que o produtor saiba dar ordens, dividir as tarefas, monitorar e cobrar de seus empregados corretamente, além de lhes proporcionar ensinamentos. E como a terceira qualidade, há a habilitação conceitual, na qual é permitido ao produtor rural avaliar o seu negócio, verificando e gerindo sua produtividade.

De acordo com o SEBRAE (2020), um empreendedor rural se depara com diversos desafios, e um deles é a dificuldade de manter o fluxo de caixa da propriedade equilibrado. Isso se deve ao fato que, são poucas as propriedades que tem uma gestão financeira controlada, apontando o que entra e sai do negócio. Logo, com a falta de controle do fluxo de caixa, a organização pode ter dificuldades em relação a recursos financeiros para cumprir com suas obrigações. Nessas situações, a alternativa é a busca por empréstimos bancários, que na maioria das vezes são constituídos de taxas altas e condições de pagamento desfavoráveis.

O resultado dessas ações é o crescimento do endividamento do negócio. Além disso, há a diminuição da possibilidade de proporcionar resultados, já que o produtor precisa pagar juros a instituição financeira que lhe emprestou dinheiro (SEBRAE, 2020). Dessa forma, o produtor adquire um montante de despesas que dificulta seu pagamento, e que pode vir a levar a propriedade rural a falência em alguns anos. Porém, ao contrário do clima, que o produtor não pode controlar, a gestão financeira do empreendimento pode ser realizada e monitorada.

Outro desafio enfrentado pelo produtor rural que não possui uma boa administração financeira em seu negócio é a escassez de informações para a realização de escolhas. Assim, tomam decisões baseadas em pouca ou nenhuma informação. Muitas vezes são escolhas importantes para a propriedade rural e que exigem uma quantidade grande de recursos financeiros. O resultado gerado por essas escolhas sem suporte com a situação financeira atual do negócio, são as altas chances de ocorrer erros e consequências ruins (SEBRAE, 2020).

Falta de controle dos custos é outro problema que o produtor rural precisa encarar. Alinhado ao posicionamento exposto na cartilha do SEBRAE (2020), o motivo para tal descontrole acontecer é a pouca informação fornecida ao proprietário, que alicerça a tomada de decisões acerca de compras de insumos, implementos agrícolas e contratação de colaboradores temporários. Por um descuido do produtor, produtos perdem a validade entre as safras, tendo que ser descartados, sendo que a maioria de produtos agrícolas tem um custo alto. Evitando esse tipo de acontecimento, o agricultor consegue diminuir as despesas da propriedade rural.

Ainda de acordo com o SEBRAE (2020), o produtor rural que não tem aplicado em sua propriedade uma gestão financeira, pode perder dinheiro através de desvios que ele desconhece. Assim, com um fluxo de caixa funcionando adequadamente, ele sabe exatamente o quanto entrou e o quanto saiu da propriedade rural. E consegue visualizar se há valores suspeitos, evitando cair em golpes.

### **2.1.2 O Meio Rural de Candelária – RS**

Segundo informações do IBGE (2020), o Rio Grande do Sul possui uma área territorial de 281.707,149 Km<sup>2</sup>. Estima-se que a população seja 11.422.973 pessoas, resultando em uma densidade geográfica de aproximadamente 40 habitantes por Km<sup>2</sup>. A capital do Rio Grande do Sul é Porto Alegre e o estado possui como gentílico utilizado gaúcho e sul-rio-grandense. De acordo com o censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2010, no Rio Grande do Sul a área

ocupada com estabelecimentos agropecuários é de 21.684.558 hectares, divididos em 365.094 estabelecimentos. Sendo predominante, do total de estabelecimentos agropecuários, 207.777 estabelecimentos são de produtores individuais.

Quanto a utilização das terras, os dados do IBGE (2017), informam que as lavouras permanentes ocupam 192.936 hectares, pertencendo a 140.970 estabelecimentos e que as lavouras temporárias ocupam a maior parte das terras, com 7.622.066 hectares compreendidas em 290.131 estabelecimentos. Há ainda uma pequena área destinada ao cultivo de flores, com 4.677 hectares e 3.269 estabelecimentos. Outra informação relevante dessa pesquisa do IBGE (2017), para esta pesquisa é a condição do produtor em relação as terras. No Rio Grande do Sul, em 319.798 estabelecimentos o produtor é proprietário das terras.

Um dos 497 municípios pertencentes ao Rio Grande do Sul é o de Candelária, cidade onde está localizada a propriedade rural deste estudo. Candelária localiza-se a 180Km<sup>2</sup> da capital do estado, Porto Alegre, e estima-se que sua população seja 31.421 pessoas (IBGE, 2020). Ainda segundo informações do IBGE, a área territorial de Candelária é 944,058Km<sup>2</sup>, e a densidade demográfica é de aproximadamente 32 habitantes por Km<sup>2</sup>. Candelária situa-se entre Santa Cruz do Sul e Santa Maria, cidades gaúchas de maior concentração populacional e infraestruturas no estado. Além da criação de bovinos, os grãos mais produzidos na zona rural do município são arroz, soja, milho, e também é cultivado fumo (IBGE, 2019).

No Censo Agropecuário do IBGE de 2017, a área de estabelecimentos agropecuários de Candelária corresponde a 71.161 hectares, distribuídos entre 3.647 estabelecimentos. Nas lavouras permanentes do município é produzido abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, noz, pera, pêssigo, tangerina e uva. As terras utilizadas para lavoura permanente compreendem o total de 534 hectares e 3.104 estabelecimentos. Já nas lavouras temporárias a produção é de abacaxi, alho, amendoim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão, milho, soja, tomate e trigo. As terras onde essas culturas são cultivadas tem área total de 32.713 hectares.

Embora a diferença na quantidade de hectares seja visível comparando as lavouras temporárias e permanentes, a quantidade de estabelecimentos pouco varia, sendo 3.433 estabelecimentos que cultivam lavouras temporárias. Vale lembrar que um estabelecimento pode ter uma quantidade de hectares destinadas a lavouras permanentes e outra a lavouras temporárias, cultivando arroz e banana, por exemplo. Em Candelária há ainda nove estabelecimentos que destinam a área de quatro hectares para o cultivo de flores (IBGE, 2017). A pecuária de Candelária, por sua vez, compreende peixes como carpa, tilápia, traíra e

trairão, bovinos, bubalinos, caprinos, codornas, equinos, galináceos, mel de abelha, ovinos e suínos (IBGE, 2019).

Segundo informações do SEBRAE, em 2018 haviam 3.647 propriedades rurais no município e 100% da área plantada foi colhida. O SEBRAE realizou uma análise das cinco culturas agrícolas mais expressivas de Candelária no ano de 2018, onde foi revelado que dos 42.818 hectares de terra que foram plantados, 44,4% corresponde a soja (em grão), 20,3% a arroz (em casca), 16,8% a fumo (em folha), 15,3% a milho (em grão) e 3,2% para o cultivo de mandioca. Essa produção agrícola em 2018 resultou em R\$ 270,6 milhões, sendo 47,9% originado do fumo, 22,7% vindo da soja, 17,6% criado pelo arroz, 6,7% gerado pelo milho e 2,8% procedente da mandioca (SEBRAE, 2018).

## 2.2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com os estudos de Kuhn (2012), a administração financeira é o método como são administrados os recursos financeiros que a organização possui. Sendo então todas as ações administrativas e também decisões que necessitam de dinheiro para serem realizadas. Para Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), a administração financeira tem como objetivo potencializar a riqueza dos sócios da organização. Sendo responsabilidade do administrador financeiro a geração de valor e a diminuição de riscos, que se envolve completamente com a empresa.

Kuhn (2012, p. 16), afirma que “o objetivo econômico básico da administração financeira é o retorno sobre o capital investido em longo prazo”. Ou seja, maximizar o retorno sobre o capital que foi investido e a liquidez esperada da empresa, são dois objetivos básicos identificados no planejamento financeiro. Kuhn (2012), ainda define liquidez como o potencial que um bem tem, podendo ser utilizado como recurso de troca, como o dinheiro. Assim, a liquidez é a facilidade que um bem possui de ser transformado em valor monetário rapidamente. Segundo este mesmo autor, a rentabilidade expõe o aprimoramento da remuneração sobre o capital que os empreendedores investiram, conseqüentemente, a potencialização da riqueza deles.

Gitman (2010, p. 3), define finanças como “a arte e a ciência de administrar dinheiro”. Logo, com essa frase é possível compreender qual o propósito da administração financeira. “Finanças diz respeito ao processo, às instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos governamentais”

(GITMAN, 2010, p. 3). Então, fica claro que a administração financeira é a encarregada de gerir financeiramente toda a riqueza de uma organização.

De acordo com o e-book fornecido pelo SEBRAE (2020), a gestão financeira permite a criação e análise de informações que o proprietário de propriedade rural pode usar como base na tomada de decisão. Decisões como, por exemplo, compra de maquinário, insumos e defensivos, aquisição de novas terras, construção e aumento da infraestrutura, arrendamentos, e até mesmo a contratação de mão de obra. Uma propriedade rural sem uma administração financeira, pode ter prejuízos e sua rentabilidade reduzida.

Normalmente, a função financeira é dividida em duas dimensões, sendo elas a gerência financeira e a controladoria. Na gerência financeira há atividades de administração de caixa, crédito e cobrança, risco, câmbio, investimento, financiamento, planejamento e controle financeiro, relacionamento com os sócios e investidores e relacionamento com bancos. E na controladoria, as atividades presentes são administração de custos e precificações, auditoria interna, avaliação de desempenho, contabilidade, orçamento, controle patrimonial, planejamento tributário, relatórios gerenciais e sistemas de informação financeira (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

De acordo com Gitman (2010), o administrador financeiro é encarregado por administrar os negócios financeiros da empresa, independente da forma que a organização é estabelecida, sendo grande ou pequena, financeiras ou não. Diferente do passado, atualmente, o administrador financeiro tem um maior envolvimento em relação ao desenvolvimento e a criação de estratégias empresariais que visam o crescimento da organização e mais competitividade (GITMAN, 2010). Já Kuhn (2012), sugere que o administrador financeiro possui, no mínimo, duas tarefas básicas. A primeira delas é decidir o quanto e onde pode investir, e a segunda é de onde virão esses recursos.

Estas duas tarefas podem ser também, atribuições do gestor financeiro da organização. Especificamente, é possível destacar a análise e planejamento. Kuhn (2012), relata que as informações econômicas e financeiras que o sistema contábil e o sistema gerencial geram, tem a finalidade de fornecer sustento e orientação para as decisões que o administrador financeiro precisa tomar. Logo, essas decisões tendem a ser mais assertivas. Afinal, cabe a área administrativa e financeira das empresas elaborar e coordenar o planejamento organizacional (KUHN, 2012).

Outra atribuição que pode ser destacada, ainda segundo Kuhn (2012), é a administração da estrutura de ativos. Visando alinhar as decisões referentes a forma como é composto e

aplicado os recursos em ativos, a função da administração da estrutura dos ativos é dirigir o dinheiro da organização para aplicações que propiciem maior rentabilidade. É função do administrador financeiro destinar os recursos entre diversas formas que são expostas, com a finalidade da maximização do retorno sobre o capital investido (KUHN, 2012).

Uma vez que os ativos precisam ser administrados, o administrador financeiro também precisa administrar a estrutura de passivos. Esta, tem como finalidade apoiar as decisões referentes a montagem das fontes de recursos da organização, se tratando de recursos próprios ou de terceiros, sendo eles de curto ou longo prazo (KUHN, 2012). A responsabilidade pela seleção das fontes de recursos fica ao administrador financeiro, cabendo a ele prezar pelas que trazem a empresa mais vantagens.

Segundo Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), conforme a natureza e o porte de cada empresa, este profissional pode ser chamado de diferentes denominações, como vice-presidente de finanças, diretor financeiro, executivo financeiro, supervisor financeiro, gestor financeiro, entre outros. Em uma pequena propriedade rural, quem realiza esta tarefa, muitas vezes é o próprio produtor rural. Embora as proporções diferentes, o administrador financeiro de uma grande empresa e o proprietário de uma pequena propriedade encaram o mesmo desafio, sendo ele a escolha de onde fazer um investimento e de como financiá-lo (KUHN, 2012).

No estudo de Gitman (2010), é apresentado que entre as modalidades que uma empresa pode ser organizada, as três mais comuns são: (1) firma individual, (2) sociedade de pessoas e, (3) sociedade por ações. Firma individual, como o próprio nome diz, é empresa que pertence a uma só pessoa, que busca obter lucro para benefício próprio. Na maioria dos casos, quem gere a firma individual é o proprietário, podendo ter colaboradores. Geralmente, o proprietário faz uso de seus próprios recursos ou busca por empréstimos, sendo então o responsável por todas as decisões da empresa. Assim, ele responde com seus bens próprios à responsabilidade ilimitada, ao cumprir suas obrigações com seus devedores. Além disso, na firma individual, o lucro da empresa é tributado juntamente com a declaração de renda da pessoa física do proprietário.

Compreendendo o que caracteriza uma firma individual, é possível dizer que a maioria das propriedades rurais se enquadram nessa modalidade. Isso porque, assim como em uma empresa, o proprietário fica com todo lucro, o custo de organização é baixo e o proprietário pode gerir seu negócio de forma independente. Porém, o proprietário também assume todos os prejuízos (responsabilidade ilimitada), o crescimento do negócio pode ser limitado devido a

capacidade restrita de captação de recursos do proprietário, ele precisa saber fazer todas as tarefas do negócio e a continuidade do negócio é difícil após o falecimento do proprietário (GITMAN, 2010), a não ser que outra pessoa tenha sido capacitada para assumir as responsabilidades e já as acompanha a certo tempo.

Outra forma jurídica de organização de uma empresa é a sociedade por pessoas, e essa, é constituída por dois ou mais proprietários que juntos buscam lucro. As empresas desta forma, normalmente são maiores do que firmas individuais, estando com maior frequência, presentes no ramo financeiro, de seguros e imobiliário (GITMAN, 2010). Já as sociedades por ações são as entidades artificiais criadas por meio da lei. Apesar disso, possuem poderes de uma pessoa, podendo comprar em seu nome e ser parte em contratos. De acordo com Gitman (2010, p. 5), “os proprietários de uma sociedade por ações são os acionistas e seu direito de propriedade [...] é representado tanto por ações ordinárias como por ações preferenciais”.

### **2.2.1 Funções da Administração Financeira**

De acordo com Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), administração financeira pode ser aplicada em qualquer organização, seja indústria, comércio ou serviços, empresas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, governo, escolas, etc. Também pode ocorrer em empresas de todos os portes, e mesmo com prioridades diferentes, atua com o mesmo objetivo de maximizar a riqueza da organização. Gitman (2010), diz que nas pequenas empresas quem normalmente é responsável por essa tarefa é o departamento de contabilidade, e conforme a empresa cresce, cria-se um departamento separado que se reporta ao presidente executivo por meio do principal executivo financeiro.

Ainda na linha de raciocínio de Gitman (2010), em empresas de médio ou grande porte, quem reporta-se ao principal executivo financeiro é o tesoureiro e o controller. O tesoureiro, principal administrador financeiro, normalmente é encarregado de realizar tarefas relacionadas a capital, como planejamento financeiro e captação de fundos, tomada de decisão de investimento de capital, gestão de caixa, entre outras. O controller, como principal contador, na maioria das vezes trabalha com atividades contábeis, como a contabilidade empresarial, gestão tributária, contabilidade financeira e contabilidade de custos (GITMAN, 2010).

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), escrevem que as funções financeiras de curto prazo são as atividades rotineiras, como administração do caixa, do crédito, contas a receber e

a pagar, dos estoques e de financiamentos de curto prazo. A empresa precisa ter dinheiro suficiente para efetuar o pagamento de suas obrigações com fornecedores, impostos, salários e outras contas, então o recebimento das vendas e o pagamento pela prestação de serviços aos clientes devem acontecer antes ou ao mesmo tempo que o vencimento dos compromissos. Em casos em que os pagamentos e recebimentos não são efetuados nas datas predeterminadas, a organização precisa buscar recursos no mercado financeiro através de empréstimos (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

### **2.2.2 Decisões de Financiamento, Investimento e de Gerenciamento do Capital de Giro**

De acordo com Hoji (2009), o capital de giro pode ser chamado também de capital circulante e são os fundos sobrepostos em ativos circulantes que, frequentemente, se alteram no ciclo operacional. É o capital que fica em movimento incorporado a organização gerando reações na contabilidade toda vez que sua posição patrimonial é alterada. Quando o capital de giro se converte em dinheiro, o valor preambular dele aumenta a cada mudança. Logo, “quando o capital retornar ao “estado de dinheiro”, ao completar o ciclo operacional, deverá estar maior do que o valor inicial” (HOJI, 2009, p. 107).

Dentro da gestão financeira a importância do conhecimento do capital de giro justifica-se devido à necessidade que a empresa possui em reaver suas despesas e custos de um determinado período e alcançar a lucratividade esperada, através da comercialização de produtos ou serviços (HOJI, 2009). Para Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), o capital de giro, equivalente a capital circulante, corresponde ao investimento que a organização usa para bancar e perdurar suas despesas operacionais diárias, independente se elas forem fixas ou indispensáveis para a produção, venda ou prestação de serviço. Para os mesmos autores o Capital Circulante Líquido (CCL) é a diferença dos valores das contas do Capital Circulante e do Passivo Circulante.

Para Hoji (2009, p. 109) o Capital Circulante Líquido corresponde “a diferença entre o ativo corrente (ativo circulante) e o passivo corrente (passivo circulante)”. Assim, quando acrescidos todos os constituintes do ativo corrente resulta em um número mais elevado do que o mesmo processo realizado com os integrantes do passivo corrente, o CCL fica positivo. Caso a diferença seja inferior, o CCL é negativo. O CCL pode ser considerado nulo quando o somatório dos componentes do ativo circulante e do passivo circulante é equivalente (HOJI, 2009).

No ativo estão as aplicações de recursos e no passivo se situam suas fontes, as aplicações de curto prazo são registradas no ativo circulante e abrangem as disponibilidades, os créditos e os estoques. O Capital Circulante corresponde ao valor dos bens aplicados pelo empreendimento para mobilizar seu Ciclo Operacional, sendo o período de tempo que inicia com a introdução da matéria prima no estoque e finaliza com a comercialização dos produtos acabados (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), relatam que em empresas comerciais o Capital Circulante constitui o total de bens aplicados no caixa, na compra de produtos com a finalidade de vendê-los e na permissão de conceder prazos mais longos para pagamentos aos clientes. Já em organizações que prestam serviços é comum ser inferior a contribuição em Capital Circulante, porque o estoque é apenas de bens para a realização do serviço, sendo pequeno.

Sobre as fontes de capital de giro Hoji (2009), relata que o passivo circulante retrata as fontes de financiamento a curto prazo da organização, sendo poucas estabelecidas pelas operações como, por exemplo, os impostos a recolher, encargos e salários a pagar e o pagamento de duplicatas a fornecedores. Há ainda as fontes derivadas das atividades financeiras como os financiamentos e empréstimos bancários. Por gerarem encargos financeiros as fontes de financiamento mais importantes são onerosas. Porém, existem fontes de financiamento não onerosas, sendo aquelas que ocorrem de forma natural nas operações da organização.

“O Ciclo Operacional compreende o percurso constante, em dinheiro e em bens, de valores do caixa para os estoques e dos estoques retornando para o caixa, passando muitas vezes por duplicatas a receber ou recebimento de vendas à vista” (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016, p. 370). Essa trajetória ocorre na estrutura do Capital Circulante da organização. O Ciclo Operacional inclui a duração do processo de recebimento de produtos e matérias primas e o momento em que é realizado o pagamento da venda do produto acabado resultante (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

Acerca da administração de disponibilidades e a visão integrada do fluxo de caixa Hoji (2009), afirma que gerir de forma eficiente o caixa da empresa auxilia consideravelmente para maximizar sua lucratividade. Os responsáveis pela tesouraria muitas vezes não sugerem sobre os fluxos financeiros porque as decisões que os originam já foram efetuadas pelos gestores de outros setores da organização. Sendo o executivo incumbido pela administração do caixa, o tesoureiro deve enxergar de forma completa o fluxo de caixa do empreendimento

e agir de forma preventiva juntamente com os setores onde são produzidos os recebimentos e pagamentos.

Contas a receber, equivalente a clientes, estoques e contas a pagar, correspondente a fornecedores são as fundamentais contas patrimoniais operacionais que desempenham repercussão significativa no caixa. De acordo com o regime de competência vendas e compras são registradas na data em que foram efetuadas. Os recebimentos e estoques, enquanto permanecerem registradas dessa forma, gastam recursos financeiros, geram custos. Os pagamentos oferecem meios para financiar os ativos operacionais. Garantir o equilíbrio financeiro da organização, policiando eficientemente as tarefas relacionadas a compras, estoques e vendas é uma das principais funções do tesoureiro (HOJI, 2009).

Se tratando de administração do caixa, Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), relatam que o caixa pode ser chamado também de disponível, e que em administração financeira, equivale aos ativos que possuem liquidez imediata. Logo, o caixa consiste de bens que podem ser usados independente de ações que não sejam da sua utilização. Sendo conservados pela tesouraria da organização ou guardados em bancos, esses valores monetários de liquidez imediata estão disponíveis para uso havendo necessidade. “Todos os bens do Ativo em algum momento da vida da empresa serão convertidos em caixa” (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016, p. 374).

São adicionados ao caixa recursos imprevistos e temporariamente ociosos, postos no mercado financeiro, e podem ser chamados de títulos negociáveis. Possuem atributos de grande liquidez e baixo risco, e por isso podem ser julgados praticamente caixa. A administração do caixa é realizada pela tesouraria da organização, a qual monitora o decorrer das políticas que a empresa adota. O gestor de caixa quem colabora na criação dessas políticas e as conduz de forma que não causem adversidades de liquidez (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

No gerenciamento de caixa é fundamental compreender a capacidade de obtenção de caixa a longo prazo do empreendimento. Entendendo com antecedência qual o limite de recursos financeiros que a organização consegue emprestar de terceiros e de acionistas, é plausível realizar um planejamento mais eficiente ao aumento do nível de atribuições e a resolução de possíveis obstáculos de variações nas disponibilidades de caixa. Desta forma, as atividades do negócio jamais podem estar fora do limite da capacidade de obtenção de caixa da empresa. Quando esse limite é acerado, são afrontadas fortes objeções nas finanças e a continuidade do negócio pode ficar comprometida (HOJI, 2009).

Hoji (2009), destaca ainda outra importante atribuição do tesoureiro que é adquirir linhas de crédito com instituições financeiras em quantidades e condições apropriadas as indispensabilidades da organização. “Os investidores e emprestadores fornecem recursos financeiros a tomadores somente se tiverem possibilidade de receber de volta os recursos emprestados” (HOJI, 2009, p. 113). Logo, a capacidade de obtenção de caixa necessita também da capacidade que a empresa tem de promover caixa através de seus procedimentos. O administrador do caixa deve estar atento a maneira como os fluxos de entrada e saída estão definidos, levando em consideração que há setores da empresa que são suas origens. Assim, precisa encontrar e auxiliar essas áreas e as pessoas que nelas operam, para que tomem decisões adequadas (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

O orçamento de capital é um plano de aplicação de capital de longo prazo ligada ao planejamento estratégico e consiste de investimentos permanentes. As definições voltadas ao orçamento de capital só podem ser tomadas após intensa análise das informações, porque é complicado para interromper e reverter o processo depois que iniciado. Investimentos permanentes compreendem os recursos aplicados em ativos de natureza permanente, para assistência de atividades operacionais. Os resultados gerados por eles são vistos a longo prazo (HOJI, 2009).

De outra forma os investimentos temporários, financeiros, consistem de valores aplicados normalmente no mercado financeiro, com a finalidade de recolhimento em um determinado período de tempo. Estes enquadram-se como Aplicações de liquidez imediata e Títulos e valores mobiliários, tanto de curto quanto de longo prazo, não atuando juntamente do orçamento de capital (HOJI, 2009).

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), ressaltam a relevância de compreender o Valor do Dinheiro no Tempo, ou seja, acreditam que o dinheiro é desvalorizado a cada dia. Logo, o valor do dinheiro que se recebe hoje será maior de que esse mesmo valor recebido amanhã. Esse pensamento é conhecido como a Teoria da Preferência pela Liquidez, que apesar de não haver inflação nem alterações drásticas nos preços, tampouco as necessidades dos indivíduos se modificarem, a decisão de adquirir algo no presente, fazendo um investimento hoje, é mais vantajoso do que fazer o mesmo amanhã.

Levando essa teoria em consideração, as empresas que possuem esse recurso só deixam de consumir hoje se essa escolha resultar em um maior valor futuramente. A taxa de juros que possibilita tal ação, fazendo os recursos aplicados hoje ampliam seu valor no futuro. Os juros pagos são contados sobre um percentual da quantia emprestada, sendo a maneira que

o montante de juros é adicionado ao dinheiro emprestado denominada capitalização (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

Para Hoji (2009), um investimento inclui sacrifício de elevadas quantidades de recursos humanos, intelectuais, materiais e financeiros, a sua volta precisa ser conciliável com o grau de risco assumido. É importante que as decisões de investimento sejam tomadas com um suporte de informações devidamente observadas, porque podem afetar os recursos de uma organização por um longo período de tempo e seu retorno adequado só pode ser considerado no presente, provocando dúvidas. Para a realização de escolhas acerca de um investimento é necessário que ele seja comparado com outro investimento.

A engenharia econômica tem o objetivo de proporcionar a decisão pela alternativa de investimento com melhor retorno, fazendo o uso de meios específicos de análise, como a derivada otimização dos recursos. Problemas de engenharia econômica são gerados pela obrigação de examinar a possibilidade econômica de um investimento. Para servir de base as decisões de investimentos, as investigações de viabilidade econômica precisam ser realizadas com mecanismos e critérios que apresentem claramente os retornos sobre os investimentos, levando em consideração os níveis de risco assumidos. Em um cenário assim, é fundamental simular investimentos para analisar sua viabilidade econômica (HOJI, 2009).

Sendo uma das mais importantes atribuições do administrador financeiro a criação de valor ao proprietário, as mais importantes decisões financeiras são a decisão de investimento e decisão de financiamento. As decisões de investimento são alinhadas ao retorno que proporcionará. Sendo esse retorno em bens físicos ou em títulos de mercado, com a expectativa de conseguir retornos positivos. Qualquer investimento pode ser acometido por influências do ambiente externo além do ambiente interno (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

“Os investimentos em ativos físicos têm os seus retornos expressos em fluxos de caixa do projeto, os quais estão sujeitos a condições de incerteza. Quando se pode quantificar a incerteza, há situações de risco” (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016, p.131). Os mesmos autores ainda definem a conceituação de risco, incerteza e retorno. Risco corresponde a probabilidade de o investimento proporcionar prejuízo financeiro, o quanto o retorno pode variar em relação a especificado ativo. Incerteza representa um questionamento sem resposta ou insegurança sobre o resultado do investimento, porém não podem ser quantificadas soluções positivas ou negativas. E retorno é esse resultado do investimento, podendo ser composto por ganhos ou perdas (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

De acordo com Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), as organizações podem enfrentar tipos de riscos, os dois principais são riscos de negócio e riscos financeiros. Os riscos de negócio, que o proprietário com o objetivo de valorizar sua empresa frente aos acionistas e gerar vantagem entre seus concorrentes, assume por livre e espontânea vontade. Riscos financeiros são os que possuem relação a perdas de dinheiro, como por exemplo risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de taxa de câmbio, etc.

É possível que um investimento seja retratado por compra de empreendimento, expansão de operação, adequação de software, produzindo soluções econômicas ao longo de sua vida útil. Não é possibilitado medir algumas espécies de investimentos, por criarem apenas resultados qualitativos. A longo prazo se acredita que as receitas e as despesas sejam efetuadas em regime de caixa no meio do intervalo de competência, havendo exceções como amortização e depreciação (HOJI, 2009).

De acordo com Hoji (2009), o propósito da realização da avaliação econômico-financeira de investimento se vale em equacionar o fluxo de caixa futuro gerado pelo investimento cometido. O fluxo de caixa de um projeto de investimento corresponde a delineamento de formação líquida de caixa, ou seja, projeção de lucro líquido sem somar itens que não interferem no caixa, somando gastos em investimentos fixos. Normalmente, em um projeto de investimento ocorre o desembolso no início e se aguarda que o fluxo de caixa líquido seja positivo no futuro.

Segundo Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), a relevância do investimento do capital se deve ao fato de que englobam decisões complicadas e acompanhadas de incertezas. Além de afetar elevado número de recursos, o risco de investir em algo funcional hoje, mas que amanhã será obsoleto é grande e o valor de recobrimento de equipamentos de segunda linha é baixo no mercado. Por isso, a decisão de investir só deve ser considerada quando se acredita que o retorno será favorável.

Hoji (2009), descreve como os meios mais importantes de avaliar as alternativas econômicas o Método do Valor Presente Líquido, o Método do Valor Futuro Líquido, o Método do Valor Uniforme Líquido e o Método da Taxa Interna de Retorno. O Método do Presente Líquido compõe-se em definir o valor do início, abatendo o fluxo de caixa líquido de períodos futuros criados durante o investimento, utilizando a menor taxa de atratividade e somando o conjunto de valores reduzidos. Em casos que a vida útil do investimento tiver uma duração de longo prazo, o valor pode ser usado em parte para os ciclos precedentes ao

término. Quando o valor do VPL for positivo o investimento é atrativo. O valor presente líquido pode ser ainda chamado de Valor Atual Líquido (HOJI, 2009).

Planejando o valor do fluxo de caixa em um período futuro, da mesma maneira do cálculo do VPL chega-se também ao Método do Valor Futuro Líquido. O que diferencia ambos são os cálculos que no Valor Futuro Líquido é a característica da data focal. O Método do Valor Uniforme Líquido compreende em modificar determinados valores distintos para valores invariáveis, sendo aplicada uma taxa mínima de atratividade (HOJI, 2009).

Para Hoji (2009), o Método da Taxa Interna de Retorno ocorre quando a taxa de juros que invalida o VPL corresponde a taxa interna de retorno (TIR). Quando o valor da TIR é mais elevado do que a taxa mínima de atratividade, o investimento é economicamente agradável. O Método do Prazo de Retorno simboliza o levantamento de tempo que é preciso para que a adição dos fluxos de caixa líquidos dos períodos seja idêntica ao fluxo de caixa do primeiro período. Não reputando os fluxos de caixa criados ao longo da vida útil do investimento depois que passado o prazo de retorno dele, não sendo possível comparar o resultado com outros investimentos (HOJI, 2009).

Segundo Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), é necessário compreender o custo de capital para tomar decisões financeiras a longo prazo. Ele é sempre contabilizado ponderando o custo das variadas fontes de financiamento de longo prazo, após o imposto o Imposto de Renda. Assim, para calcular o custo de capital se deve analisar especificamente e individualmente cada fonte de financiamento. Custo médio ponderado de capital corresponde ao pagamento adequado para ser usado como taxa de desconto nos julgamentos de projetos. “O custo de capital a ser considerado sempre é o custo médio ponderado de capital de todas as fontes de capital” (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016, p. 200).

Hoji (2009), relata em seus estudos que o capital de uma organização corresponde a seus ativos, com a finalidade de proporcionar retornos convenientes, podendo ser disponibilizado por terceiros ou pelos acionistas. O percentual fornecido pelos sócios e acionistas é chamado de capital próprio ou Patrimônio Líquido. Havendo necessidade de tomar decisões acerca das estruturas de capital, apenas os recursos permanentes e de longo prazo devem ser pensados, porque devido à natureza estratégica das estruturas de capital, dificilmente são modificadas.

Na mesma linha de pensamento, para Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), capital são os bens expostos a produção de renda, porém possuem um custo. O custo de capital é o pagamento mínimo determinado nas orientações de investimento de capital com a finalidade

de manter o valor das ações. Custo médio ponderado de capital consiste da média ponderada dos custos das fontes de financiamento. Para garantir o equilíbrio entre endividamento e capital próprio é necessário considerar o custo médio ponderado de capital nas decisões de investimentos.

Devido ao impacto no custo de capital e no valor da organização, cada vez mais a estrutura de capital é explorada. Em 1958 Modigliani e Miller divulgaram seu pensamento de que a estrutura de capital não afeta o valor da empresa, onde toda vantagem decorrente de um maior endividamento deveria ser velozmente trivial, fazendo com que os acionistas aumentassem suas expectativas de retorno, mantendo-se inalterado o custo de capital (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

Para Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016, p. 225), a “estrutura de capital é a combinação de todas as fontes de financiamento de longo prazo, dívida ou capital próprio, utilizadas pela empresa”. Semelhante a esta definição, a estrutura ótima de capital compreende o conjunto de todas as fontes de financiamento de longo prazo que possibilitem a maximização do valor das ações do empreendimento, além de diminuir o custo de capital. A procura por uma estrutura ótima de capital é constante, porque o mercado é enérgico e continuamente as negociações se modificam.

“A melhor estrutura de capital para uma empresa é aquela que a relação entre o Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido produza o menor custo de capital” (HOJI, 2009, p. 187). Apesar disso, até então não foi criada uma estrutura ótima de capital. Em relação a existência de uma estrutura ótima de capital, há duas correntes que se destacam. A abordagem convencional que argumenta a subsistência de uma estrutura ótima de capital e abordagem de MM, alegando o raciocínio cometido por Modigliani e Merton H. Miller, corrente a qual descarta a existência de uma estrutura ótima de capital (HOJI, 2009).

Tradicionalmente, a estrutura de capital é tratada sobre o pressuposto na qual é possível que um empreendimento corresponde suas fontes de financiamento, de maneira que o custo de capital seja diminuído e sua riqueza aumente. O motivo pelo qual acredita-se ser desse modo tem como suporte o posicionamento de que o custo médio ponderado de capital (CMDC) cresce ao passo que o grau de alavancagem financeira (GAF) aumenta. Isto dado o momento de estipulado nível de endividamento, considerando que os fornecedores que empresta recursos aumentam a taxa de juros para compensar riscos mais elevados (HOJI, 2009).

A interpelação de MM sai do ponto que há uma técnica de arbitragem em mercados de capitais com regime de concorrência perfeita, pois normalmente investidores são racionais a sobreviver a alavancagem empresarial pela alavancagem pessoal. A proposição inicial de MM acredita que o Imposto de Renda não exista. Na segunda proposição mostrada pelos mesmos autores, esses acreditam que tenham impostos, o CMPC é capaz de diminuir ao passo que cresce o grau de endividamento, considerando que os juros em cima do capital de terceiros são dedutíveis do lucro tributável (HOJI, 2009).

### **2.2.3 A Ferramenta Fluxo de Caixa**

Para Kuhn (2012), orçamento de caixa é a ferramenta que o administrador financeiro usa para identificar se o total das contas de entradas e o total das contas de saídas, em determinado período, resulta em sobra ou faltas de recursos financeiros no caixa. Quando há sobras, o administrador procura qual o destino mais rentável para aplicar esse dinheiro. Ao contrário, quando falta, precisa buscar esse valor em fontes menos onerosas, através de empréstimos, financiamentos e desconto de duplicatas.

O orçamento de caixa é bem conhecido pelas previsões de entradas e de saídas em um período futuro. As entradas são receitas de vendas à vista, cobrança a prazo, aumento do capital social, entre outros. O apoio para a previsão das entradas é o orçamento das vendas e o orçamento de produção (KUHN, 2012). Já a saída de valores do caixa é para custear as despesas, como pagamento de compra de matéria-prima, de mão de obra, despesas de fabricação, despesas variadas como administrativas, financeiras, comerciais, etc.

Kuhn (2012), ainda apresenta finalidades do orçamento de caixa. Um orçamento de caixa disponibiliza uma listagem com os recursos financeiros que são necessários para que o plano de produção da empresa seja executado adequadamente. Também melhora a aplicação dos recursos próprios e de terceiros nas tarefas que proporcionam mais rentabilidade para a organização. Assim, o orçamento de caixa é a ferramenta financeira que tem por objetivo proporcionar o equilíbrio entre as entradas e saídas que a empresa possui em um determinado período de tempo.

De acordo com Gonçalves e Conti (2011), elaborado pela organização, a demonstração do fluxo de caixa permite ao gestor financeiro ver com mais facilidade a relação existente entre o caixa e o lucro que a empresa possui. Logo, é possível verificar as atribuições que diferenciam o resultado econômico do resultado financeiro. Os mesmos autores ainda

ressaltam que a organização precisa de liquidez, visando cumprir suas obrigações. Dessa forma, garante seu patrimônio e segue competitiva no mercado que está inserida.

Para Kuhn (2012), fluxo de caixa é o registro ordenado em um período de tempo, que apresenta o somatório de entradas e o somatório de saídas do caixa de uma organização. Contribui de forma indicativa em relação aos períodos de saldos positivos e negativos do caixa. Também fornece a previsão para um caixa futuro, o que o torna mais significativo no gerenciamento das tomadas de decisões. Logo, auxilia o administrador financeiro a desenvolver ações preventivas, que garantem a organização os recursos adequados, ou ainda, a alinhar as atividades dela com a disponibilidade dos recursos de operação. Visando a melhor visualização do leitor, segue a ilustração de um modelo de fluxo de caixa na Figura 1.

Quadro 1 - Fluxo de Caixa

<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>Real Jan/16</b>	<b>Previsto Fev/16</b>	<b>Previsto Mar/16</b>
(+) ENTRADAS OPERACIONAIS	500.000,00	—	—
(-) CUSTO TOTALMENTE VARIÁVEL	300.000,00	—	—
(=) RESULTADO BRUTO	200.000,00	—	—
(-) DESPESAS OPERACIONAIS (Despesas Fixas)	80.000,00	—	—
(=) RESULTADO OPERACIONAL	120.000,00	—	—
(+) ENTRADAS NÃO OPERACIONAIS	—	—	—
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	—	—	—
(-) ADIANTAMENTO/DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	20.000,00	—	—
(=) GERAÇÃO DE CAIXA MENSAL	100.000,00	—	—

Fonte: Adaptado de Bravo (2018 apud VERNIER, 2018).

Gonçalves e Conti (2011), argumentam que o fluxo de caixa, além de permitir ao administrador financeiro uma visão adequada e concisa da empresa, não apenas no aspecto de equilíbrio como também no aspecto dos recursos disponíveis, contrapõe a Demonstração do Resultado do Exercício. Nessa demonstração, é relatada apenas a situação econômica da organização em um período específico. Segundo Gonçalves e Conti (2011), um fluxo de caixa bem elaborado dá ao administrador financeiro a visualização e situação, antecipadamente, do nível de liquidez da organização. Sendo assim, ele consegue diminuir e até mesmo evitar

problemas financeiros. Isto posto, fica visível que o fluxo de caixa deve ter uma atenção especial de todos os setores do negócio.

Gonçalves e Conti (2011), relatam em seus estudos que o fluxo de caixa possibilita a organização a visualização da sua situação econômica, como realmente está, e ainda possa direcionar seu dinheiro. Pois assim, tem conhecimento das suas obrigações e consegue tomar decisões coerentes em relação a investimentos de curto e longo prazo. O demonstrativo de fluxo de caixa, segundo Gitman (2010), apresenta uma síntese das movimentações financeiras da organização, expondo todas as entradas e as saídas. Isto, com relação tanto às atividades operacionais, quanto as atividades de investimento e de financiamento, alinhando-se com as variações de caixa, em determinado período.

De acordo com Gitman (2010), os fluxos de caixa são a prioridade do gestor financeiro, independente se forem na gestão de finanças do dia a dia, no planejamento ou na tomada de decisões relacionadas a criação de valor para os acionistas. Ao contrário do contador, que apresenta demonstrações financeiras (regime de competência), o administrador financeiro tem foco nos fluxos de caixa, entradas e saídas de dinheiro. Assim, faz um planejamento de fluxos de caixa visando saldar suas obrigações e o alcance de suas metas, mantendo a empresa solvente. O regime de caixa, aplicado pelo administrador financeiro, permite o reconhecimento das receitas e das despesas só quando o dinheiro efetivamente sai ou entra no caixa.

A importância e necessidade do fluxo de caixa está na elaboração de um demonstrativo que qualquer pessoa consegue entender facilmente, e também na retratação do caixa da empresa. Este demonstrativo ainda se distingue dos balancetes contábeis, já que apresenta a verdadeira situação do caixa da organização, pois nele não estão presentes valores de bens do patrimônio físico da empresa (KUHNS, 2012). Segundo este mesmo autor, o fluxo de caixa pode ser considerado um índice de solvência da organização, através do qual é possível calcular a capacidade de execução das suas obrigações e também a aquisição de ativos fundamentais para a realização das metas que a organização almeja.

Alinhado ao posicionamento de Kuhn (2012), um dos objetivos que o fluxo de caixa possui é a projeção dos recursos financeiros disponíveis a empresa, constituído de informações fundamentais ao planejamento de alcance de recursos financeiros, melhoria das aplicações com o excedente de caixa, gerenciamento de contas a pagar, julgamento do impacto causado em decorrência da variação dos custos e preços, além de outras decisões relevantes a organização. Já Gonçalves e Conti (2011), apresentam como principal objetivo

do fluxo de caixa a facilidade de fornecer uma visão abrangente e sistemática dos movimentos feitos através das operações financeiras que a empresa executa todos os dias, além de divulgar as disponibilidades e a liquidez da organização.

Com representação de uma ferramenta com foco na melhor maneira de gerir o dinheiro da empresa, o fluxo de caixa, juntamente com a projeção do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), normalmente, possibilita um conhecimento prévio em relação ao comportamento e a evolução do caixa. Além disso, fornece os respectivos seguimentos acerca do resultado e da estrutura patrimonial. Assim, o fluxo de caixa permite um planejamento eficaz e possibilita o desenvolvimento de estratégias com a finalidade equilibrar corretamente as finanças da empresa (KUHN, 2012).

Inicialmente, uma decisão financeira realmente eficaz supõe, que as informações financeiras relevantes da empresa precisam ser identificadas, com atenção principal a relação entre risco e retorno (KUHN, 2012). Assim, com o intuito de que a área financeira desempenhe corretamente sua tarefa, sistemas de informações precisam colaborar com o administrador financeiro, fornecendo-lhe suporte no planejamento de atos. Isso para manter a liquidez da organização e cooperar para o alcance de lucro em relação aos investimentos (KUHN, 2012).

De acordo com a atividade exercida pela empresa e do seu porte, o seu planejamento de fluxo de caixa é realizado em períodos de tempo diferentes. Assim, organizações em que há elevados números de variações em suas tarefas, possuem um período mais curto. Sendo então, o demonstrativo de fluxo de caixa realizado diariamente, semanalmente ou mensalmente. Já negócios em que as vendas são estáveis, o fluxo de caixa é projetado em um maior prazo de tempo, como trimestralmente, semestralmente ou anualmente (GONÇALVES; CONTI, 2011).

Gonçalves e Conti (2011), sugerem que as organizações gerenciem e tratem a adesão do fluxo de caixa de acordo com suas metas e seus resultados esperados. Logo, ele pode ser realizado de maneira tática, através do controle e seguimento diário, ou de jeito estratégico, buscando pelo mesmo objetivo em um maior espaço de tempo. Kuhn (2012), ressalta que o fluxo de caixa não pode ser utilizado como uma substituição da contabilidade, porém, que ambos devem se complementar a fim de um apoio mais firme para a tomada de decisão. Justamente, os relatórios contábeis são utilizados como fonte de informação para a construção do fluxo de caixa.

Para Kuhn (2012), o fluxo de caixa apresenta como principais finalidades a procura pelo adequado equilíbrio entre as entradas e as saídas do caixa, pagar os devedores da organização antes que o prazo dessas contas vença, controlar os saldos do caixa e do dinheiro que a organização ainda tem a receber e, em períodos com pouca entrada de dinheiro no caixa, evitar saídas de altos valores.

### 2.2.3.1 As diretrizes do Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR)

De acordo com o Tutorial LCDPR disponibilizado pela Sygma – Sistemas e consultoria (2020), o Livro Caixa Atividade Rural consiste de um documento que apresenta o resultado da atividade rural com a finalidade de auxiliar na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física. Este livro foi normalizado pela Instrução Normativa SRF nº 83, em 11 de outubro de 2001. No Livro Caixa Atividade Rural é necessário constar as receitas, despesas e investimentos que o produtor rural efetuou ao decorrer do ano, além de documentos das propriedades rurais em que ele desenvolve alguma atividade.

Ainda com base em informações fornecidas no Tutorial LCDPR produzido pela Sygma – Sistemas e consultoria (2020), é possibilitado que o Livro Caixa Atividade Rural seja desenvolvido de duas formas: manual ou eletrônico, através de um *software* que a Receita Federal providenciou. Depois de apurado, a finalização da atividade rural precisa ser anexada a Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF). Ressalta-se que o Livro Caixa Atividade Rural desenvolvido no corrente ano é com informações do ano anterior, ou seja, em 2021 o documento gerado é com as movimentações do produtor rural em 2020.

Segundo o Tutorial LCDPR (SYGMA, 2020), em 2018 uma nova obrigação foi apresentada pela Receita Federal voltada a declaração do Imposto de Renda de produtor rural como pessoa física, o qual foi chamado de versão digital do Livro Caixa Atividade Rural. O Livro Caixa Digital do Produtor Rural não pode ser substituído pelo programa “Atividade Rural”, que equivale somente a uma maneira apresentada pela Receita Federal como suporte para preenchimento do Demonstrativo da Atividade Rural na DIRPF. De acordo com a Receita Federal o prazo de entrega do LCDPR é igual ao prazo de entrega da DIRPF.

Conforme o Manual LCDPR (2021), o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR) é um compromisso anual instaurado pela Receita Federal por meio da Instrução Normativa nº 1.848 de 2018 como uma forma de lançamento contábil para os agricultores como pessoa física. A partir de 2020 é obrigatório a produtores rurais com receita bruta acima

de R\$ 4.800.000,00, referente ao período de 2020 e 2021. Aos agricultores com receita bruta menor a este valor, a entrega do LCDPR é facultativa, de acordo com instrução normativa RFB 1.903/2019.

De acordo com o Manual LCDPR (2021), a Receita Federal não forneceu um programa específico para escriturar o LCDPR, mas definiu um leiaute padrão e o arquivo precisa ser validado por uma determinada plataforma. Esse leiaute foi determinado pelo Ato Declaratório Executivo 1 COPES, de 31/01/2020 e consiste, atualmente, na versão 1.3, revelada juntamente com o Manual de preenchimento na página da Receita Federal. O sistema de envio do arquivo fornecido pelo e-CAC<sup>2</sup> é responsável por validar o documento antes de o enviar a Receita Federal, comunicando o produtor em casos de contradição.

Conforme o Manual do LCDPR (2021), o arquivo deve estar organizado conforme o leiaute de blocos e registros: Bloco 0 é composto por abertura e identificação; Bloco Q, constituído pelo Demonstrativo do Resultado da Atividade Rural; Bloco 9 apresentando a identificação do Contador e Encerramento do Arquivo Digital. No Bloco 0 constam informações acerca da Abertura e identificação, parâmetro de tributação, dados cadastrais, cadastro dos imóveis rurais, cadastros de terceiros e cadastro das contas bancárias. O Bloco Q é formado pelo Demonstrativo do Resultado da Atividade Rural e pelo Resumo Mensal do demonstrativo do Resultado da Atividade Rural.

Acerca do regime de tributação o mesmo manual afirma que o documento deve ser registrado pelo regime de caixa, regime exclusivo admissível a operações rurais. Há duas maneiras de realizar o levantamento do resultado: o livro caixa, sendo o resultado da atividade conferido fundamentado nas escriturações constantes no Livro Caixa do Agricultor e a conferência do lucro pelo ordenado no art. 5º da Lei nº 8.023 de 1990, o que corresponde a 20% da Receita Bruta.

O Manual do LCDPR ainda divulga as multas e penalidades. É cobrado para as pessoas físicas o valor de R\$ 100,00 mensal ou parte do atraso, sendo acumulativa enquanto não tiver deteriorado. O valor de R\$ 500,00 mensal a quem não responder notificação para efetuar responsabilidade apêndice ou para adequar-se elucidações, tal regra valendo tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas. Em situações que informações são omitidas, inexatas ou incompletas, referente pessoa jurídica, a multa corresponde de R\$100,00 até 3% do valor das transações financeiras, não acumulando a cada mês.

---

<sup>2</sup> Portal de serviços que possibilita que o contribuinte se comunique com a Receita Federal do Brasil através da internet (SERASA – CERTIFICADO DIGITAL, 2021).

### 3 MÉTODO APLICADO NA PESQUISA

Para Zanella (2013), o método é o meio utilizado pelo pesquisador para acrescentar conhecimento acerca de um objeto, fato ou fenômeno. É composto por diversos processos, sendo eles intelectuais ou técnicos, para conquistar um conhecimento específico. Pode-se compreender por método então, o caminho pelo qual o pesquisador percorre para chegar a um resultado, respondendo o problema proposto. O estudo do método é chamado de metodologia, onde é tratado do “estudo analítico e crítico dos métodos de investigação” (ZANELLA, 2013, p. 22).

O questionamento acerca da temática apresentada se decorreu e foi moldado ao longo do percurso acadêmico realizado pela autora simultaneamente a sua realidade dentro de uma propriedade rural, onde ela verificou de maneira branda a relevância da gestão financeira no negócio. Dessa forma, este trabalho se direciona rumo ao desenvolvimento de um estudo mais aprofundado e estruturado, a fim de encontrar soluções para o problema de pesquisa proposto.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Gil (2010, p. 1), define pesquisa como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Quando surge um problema e não existem informações acerca da resolução dele ou quando há informação, mas está desorganizada e assim não é capaz de fornecer respostas, se vê necessária a realização de uma pesquisa. De acordo com Zanella (2013), a pesquisa tem como objetivo encontrar soluções para problemas e questionamentos práticos e teóricos, visando especificamente a geração de novos conhecimentos. Ou seja, a pesquisa é ação essencial da ciência, através da qual a realidade é percebida.

Esta pesquisa fará uma relação da movimentação financeira da propriedade rural análise nos anos de 2018, 2019 e 2020, entretanto, sua abordagem será predominantemente qualitativa. Para Zanella (2013), o método qualitativo de pesquisa é aquele no qual as informações não são apresentadas por números, o resultado não pode ser medido, visto que não faz uso da estatística para analisar o objeto de estudo. O objetivo é identificar o contexto de acordo com a percepção dos pesquisados. A pesquisa de cunho qualitativo é usada como meio para definir o que é relevante e a razão para isso para uma pessoa, e não para a finalidade de determinar quantas pessoas estão satisfeitas com um produto.

Quanto aos seus objetivos, este estudo classifica-se em pesquisa descritiva, que são aquelas que descrevem os atributos de indivíduos específicos, sendo desenvolvidas também para verificar prováveis associações entre as circunstâncias (GIL, 2010). Para Best (1972 apud MARCONI; LAKATOS 2008), a pesquisa descritiva envolve quatro considerações, sendo elas a descrição, o registro, a análise e a interpretação do que acontece atualmente, com a finalidade de compreender seu funcionamento. Já Hymann (1967 apud MARCONI; LAKATOS 2008) relata que a pesquisa descritiva não passa de uma breve descrição de um acontecimento.

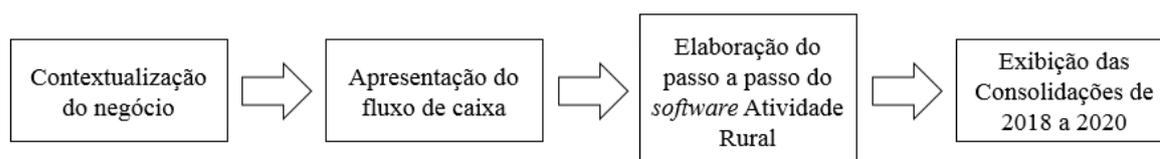
Para a aplicação da pesquisa foi escolhida uma propriedade rural localizada no município de Candelária – RS. A decisão por essa propriedade foi devido a acessibilidade que a autora possui para coletar os dados e também pelo interesse na região. Considerando que envolvem dados financeiros, o proprietário não será identificado.

Assim, a pesquisa deste estudo pode ser considerada como aplicada, visto que representa o caminho percorrido entre a decisão de procurar por dados e informações e com todas essas informações encontradas. Não existe pesquisa sem um pesquisador para aplicá-la, sendo ele o responsável por buscar, questionar, verificar e analisar os resultados do estudo. A pesquisa aplicada é o que o pesquisador se propôs a descobrir e também o que de fato encontrou, ou seja, é também o que a pesquisa aplicada resultou (PERDIGÃO, et al. 2012).

### 3.2 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Visando uma melhor compreensão do leitor, a autora desenvolveu a trajetória percorrida para o desenvolvimento desta pesquisa, a qual pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 - Trajetória da Pesquisa



Fonte: Autora.

O contexto do negócio será apresentado nas discussões dos resultados, junto com os dados financeiros da propriedade rural. Brevemente, na propriedade as atividades exploradas são a pecuária e o cultivo de arroz, e enquadra-se em agricultura familiar, visto que, a mão de obra é familiar. Devido a isso, e por outros fatores como, por exemplo, a questão de maquinário e de água, não há planos para expansão do negócio. O proprietário sempre trabalhou nessa área, e é o responsável pela gestão financeira do negócio.

Visando auxiliá-lo, bem como demonstrar uma forma de gerir o negócio de propriedades rurais, apresenta-se a ferramenta fluxo de caixa, destaca-se que sua aplicabilidade pode se dar de forma manual. Entretanto, a presente pesquisa apresenta a elaboração do passo a passo de um fluxo de caixa por meio do manuseio do *software* Atividade Rural, além da exibição das consolidações da propriedade estudada referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020.

### 3.3 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Os dados necessários para levantamento das informações para a construção desta pesquisa foram coletados através de outro projeto que a autora participou no primeiro semestre de 2021. Tal projeto promovido pela instituição de ensino Antonio Meneghetti Faculdade - AMF, que consistia na construção de um artigo relatando a implementação de uma ferramenta de administração em um negócio. Para a realização da atividade a autora escolheu a ferramenta fluxo de caixa e aplicou na propriedade rural a qual é analisada neste estudo. Logo, os fluxos de caixa da propriedade rural referente aos anos de 2018, 2019 e 2020 já foram elaborados para esse projeto.

Se tratando da mesma propriedade e do mesmo período de tempo, não há necessidade dessas tabelas serem feitas novamente, pois os valores já foram anteriormente levantados. Assim, as planilhas criadas para o primeiro projeto serviram como embasamento para este estudo. Para a elaboração destas tabelas a autora coletou os dados em documentos do negócio fornecidos pelo proprietário, como a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, notas fiscais de insumos e outros bens que o produtor comprou, recibos, escrituras de terra, registros de contas bancárias, assim como cadernos nos quais o proprietário anota informações importantes, como a safra de cada ano e o controle do rebanho, bem como, através de conversas com o produtor.

Os fluxos de caixa descritos da propriedade rural referente aos anos de 2018, 2019 e 2020 serão apresentados no capítulo resultados e discussões, assim como a simulação dessas tabelas no Livro Caixa Digital do Produtor Rural, elaborada por meio do modelo da Atividade Rural.

### 3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para Marconi e Lakatos (2008), a análise de dados é realizada para mostrar as ligações que existem entre o objeto de estudo e outros aspectos. Após a coleta dos dados ser efetuada, a análise deles será feita através da elaboração de três níveis sendo o primeiro (1) a interpretação, onde é verificada a relação entre os elementos independente e dependente e o elemento interveniente, visando engrandecer os conhecimentos sobre o elemento dependente.

O segundo nível (2) é a explicação, que trata do esclarecimento acerca do surgimento do elemento dependente e a razão pela qual é preciso descobrir o elemento antecedente. E o terceiro nível (3) é a especificação, e nele é explicado o limite das relações dos elementos dependente e independente (MARCONI; LAKATOS, 2008). É na análise que o pesquisador encontra dados mais detalhados acerca do trabalho estatístico, com o objetivo de responder seus questionamentos.

Segundo Zanella (2013), a análise documental é conhecida também como pesquisa documental e se trata de uma pesquisa nos documentos internos, aqueles do empreendimento, ou externos, aquele do governo ou de outras organizações. Como documentos internos pode-se citar os estatutos, regulamentos, relatórios e manuais, estes que se enquadram como vantajosos devido a disponibilidade e seu custo de uso é baixo. E documentos governamentais, sendo do município, estado ou federação, são portarias, relatórios e anuários, ambos oficiais e que podem apresentar suma importância ao objeto de estudo.

Para Lima (2008), a pesquisa documental pode ser considerada uma das mais relevantes fontes de informação. Desta forma, é um meio imprescindível ao pesquisador que deseja aprofundar-se em assuntos com variações históricas da realidade. As fontes de documentos dessa pesquisa podem ser primárias ou secundárias. Primárias são documentos gerados por indivíduos que presenciaram o objeto de estudo, diferente do secundário, que são obtidos através de seres humanos que não vivenciaram a experiência (LIMA, 2008).

Além de analisar os fluxos de caixa anuais da propriedade rural, também é exemplificada a forma como os mesmos foram montados e a maneira como foram estruturados no programa Atividade Rural, usado como meio de apresentar o LCDPR.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

São realizadas atividades de pecuária e o cultivo de arroz na propriedade rural analisada neste estudo, que é dividida em duas áreas. Cada área é para uma atividade, e elas são intercaladas anualmente, visando mais produtividade do grão. Os envolvidos na execução das tarefas na propriedade são o proprietário, seu sogro, sua filha e eventualmente um vizinho também auxilia em algumas atividades, principalmente, relacionadas ao gado. O proprietário vem no ramo do agronegócio a muitos anos, desde cedo trabalhando com seu pai e depois de casado, com seu sogro.

Na região, como mostram os dados apresentados no referencial teórico, há um número alto de pecuaristas e agricultores que plantam arroz, e por isso o ambiente do negócio é bem concorrido. Isso é ainda mais notado com o fato de que o produtor não pode precificar sua produção, pois por serem duas commodities, o preço não é definido por quem produz. Assim, para aumentar sua rentabilidade, o proprietário precisa comprar insumos e fertilizantes quando o custo estiver mais baixo e vender bovinos e o arroz quando o valor estiver mais elevado.

Um fator que implica na continuidade do negócio é a saúde, tanto do proprietário, quando do pai de sua esposa, que já tem mais idade. Isso porque serviços agrícolas exigem bastante esforço manual, os que os envolvidos devem evitar. Logo, o produtor não tem intenção de investir em novos implementos agrícolas. Em função da capacidade do maquinário, da mão de obra e da quantidade de água para irrigação das lavouras, o proprietário não deseja aumentar a produção de arroz. Já em relação a pecuária, o rebanho tem crescido nos últimos anos, assim como seu percentual na receita do negócio.

O clima tem forte participação nos resultados do empreendimento, principalmente, sobre a produção de arroz. É importante que chova o necessário para abastecer o reservatório de água utilizada na irrigação das lavouras, mas chovendo muito em determinadas épocas, é possível que ocorram enchentes, causando prejuízos na produção. Para a pecuária, com um inverno muito chuvoso a pastagem que alimenta os animais é reduzida, assim como em um verão muito seco.

Quem gerencia financeiramente a propriedade rural é o próprio produtor, juntamente com sua família. Porém, como é ele também quem realiza a maior parte das tarefas, nem

sempre consegue dar a devida atenção. Apesar disso, costuma pagar suas contas dentro do prazo e dificilmente é acometido de algum prejuízo. Isso porque tem o hábito de anotar suas pendências financeiras em um caderno, assim, como todo o controle da sua atividade. Além disso, o proprietário ainda guarda todos os documentos, notas fiscais, comprovantes, recibos, etc. para a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física.

A propriedade não adotava a utilização de ferramentas financeiras, como o fluxo de caixa, não de uma forma a ser construído em planilha e organizado. Com a participação da autora deste estudo no Projeto Eu vejo, eu faço ofertado pela Antonio Meneghetti Faculdade - AMF em 2021, o fluxo de caixa do negócio passou a ser desenvolvido. Desta forma, a gestão financeira da propriedade rural, atualmente, ganha mais atenção e envolve mais a participação da família. Por esta razão, este trabalho foi desenvolvido.

#### 4.2 LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Para a construção do fluxo de caixa da propriedade rural foram coletadas informações do negócio, verificando as contas que a mesma possui, assim levantando um plano de contas. Isso auxilia o produtor rural a reconhecer as receitas, os custos e as despesas da sua atividade. Demonstrando isso, o Quadro 1 apresenta o plano de contas da propriedade rural analisada neste estudo. Visto que, se trata de uma pequena propriedade rural, que possui poucas contas, a tabela é mais simples comparando a um negócio de maior proporção.

Quadro 2 - Plano de Contas da Propriedade

<b>ENTRADAS</b>
Receita com a produção de arroz
Receita com a pecuária
Outros recebimentos
<b>SAÍDAS</b>
Impostos
Custo com insumos (arroz)
Custo com insumos (pecuária)
Pró labore
Energia
Água
Pagamento de serviços
Despesas com veículos
Compra de equipamentos
Financiamento

Outras despesas
-----------------

Fonte: Autora, com base no Projeto Eu vejo, eu faço (2021).

Nas entradas constam as receitas com a produção de arroz, receita com a venda de bovinos e outros recebimentos que o produtor possui. Já as saídas, são compostas por impostos, custo com insumos, tanto para a pecuária quanto para a produção do grão, pró labore, energia elétrica, água, pagamento de serviços, despesas com veículos, compra de equipamentos e máquinas, financiamento e outras despesas.

Após a elaboração do plano de contas atribuiu-se valores monetários a todas as contas. Para identificar o total que o produtor recebeu, somou-se o valor das contas presentes nas “entradas”, da mesma forma, para saber tudo que o produtor gastou, foi somado o valor das contas que compreendem as “saídas”. A diferença entre os dois somatórios constituiu o saldo de caixa da propriedade. Tal ação é demonstrada no Quadro 2.

Quadro 3 - Volume de Entradas, Saídas e Saldo de Caixa no Período de 2018 a 2020

	PERÍODO		
	2018	2019	2020
<b>SALDO INICIAL DO CAIXA</b>	R\$ 72.000,00	R\$ 147.180,00	R\$ 218.306,00
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>	<b>R\$ 195.880,00</b>	<b>R\$ 192.232,00</b>	<b>R\$ 223.122,00</b>
Receita com a produção de arroz	R\$ 167.680,00	R\$ 162.600,00	R\$ 194.122,00
Receita com a pecuária	R\$ 27.500,00	R\$ 28.832,00	R\$ 28.000,00
Outros recebimentos	R\$ 700,00	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00
<b>TOTAL DE SAÍDAS</b>	<b>R\$ 120.700,00</b>	<b>R\$ 121.106,00</b>	<b>R\$ 146.162,00</b>
Impostos	R\$ 3.100,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.420,00
Custo com insumos (arroz)	R\$ 34.000,00	R\$ 35.500,00	R\$ 37.090,00
Custo com insumos (pecuária)	R\$ 2.800,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Pró labore	R\$ 56.410,00	R\$ 52.840,00	R\$ 79.037,00
Energia	R\$ 1.420,00	R\$ 2.176,00	R\$ 2.215,00
Água	R\$ 270,00	R\$ 290,00	R\$ 300,00
Pagamento de serviços	R\$ 3.200,00	R\$ 3.800,00	R\$ 4.000,00
Despesas com veículos	R\$ 7.500,00	R\$ 7.900,00	R\$ 8.500,00
Compra de equipamentos	R\$ 3.100,00	R\$ 3.400,00	R\$ 5.900,00
Financiamento	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 0,00
Outras despesas	R\$ 2.400,00	R\$ 2.500,00	R\$ 3.000,00
<b>SALDO OPERACIONAL</b>	<b>R\$ 75.180,00</b>	<b>R\$ 71.126,00</b>	<b>R\$ 76.960,00</b>
<b>SALDO FINAL DO CAIXA</b>	<b>R\$ 147.180,00</b>	<b>R\$ 218.306,00</b>	<b>R\$ 295.266,00</b>

Fonte: Autora, com base no Projeto Eu vejo, eu faço (2021).

O fluxo de caixa foi construído levando em consideração os números de 2018, 2019 e 2020. Gerenciando a atividade, o proprietário guarda suas notas, documentos e comprovantes, através dos quais foi possibilitado a coleta dessas informações. No saldo inicial do caixa, foi colocado o saldo final do fluxo de caixa do ano de 2017, número também disponibilizado pelo produtor.

O saldo operacional foi calculado subtraindo-se a soma de saídas da soma de entradas. De uma forma mais simples, foi descontado do que o produtor recebeu, tudo que ele gastou. Para visualizar o valor do saldo final do caixa, somou-se o saldo inicial do caixa com o saldo operacional do ano. Logo, a conclusão do fluxo de caixa correspondeu ao valor que seguiu do ano anterior, adicionado ao valor da operação que o proprietário fez durante o ano.

#### 4.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL

Segundo informações coletadas em materiais fornecidos pela Sygma – Sistemas e consultoria (2020), o Livro Caixa Atividade Rural pode ser elaborado de duas maneiras, de forma manual e de forma eletrônica, por meio de um *software* disponibilizado pela Receita Federal, chamado de Programa Atividade Rural. Nele, é necessário conter as receitas, as despesas e os investimentos efetuados na propriedade rural no período de um ano, e a comprovação do desenvolvimento das atividades realizadas pelo produtor rural.

Embora o Programa Atividade Rural não equivale como uma substituição ao Livro Caixa Digital do Produtor Rural, além de ser uma ferramenta de apoio para preencher o demonstrativo na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, pode ser utilizado como ferramenta para escriturar o LCDPR. Isso levando em consideração que para este a Receita Federal não providenciou um *software* específico (MANUAL LCDPR, 2021).

Desta forma, para escriturar o LCDPR, foi utilizado o Programa Atividade Rural. O *software* pode ser baixado diretamente do site da Receita Federal, possui domínio público e é gratuito. Segue uma série de imagens da execução desse programa, que exemplificam a trajetória trilhada pela autora. Além de demonstrar o que foi feito, essa ação tem o objetivo de fornecer suporte a outros produtores rurais que necessitam relatar suas atividades rurais através desse programa e encontram dificuldades para isto. A Figura 2 demonstra a primeira tela exibida pelo Programa para Escrituração do Livro Caixa da Atividade Rural, a qual questiona qual o interesse de quem acessa o programa.

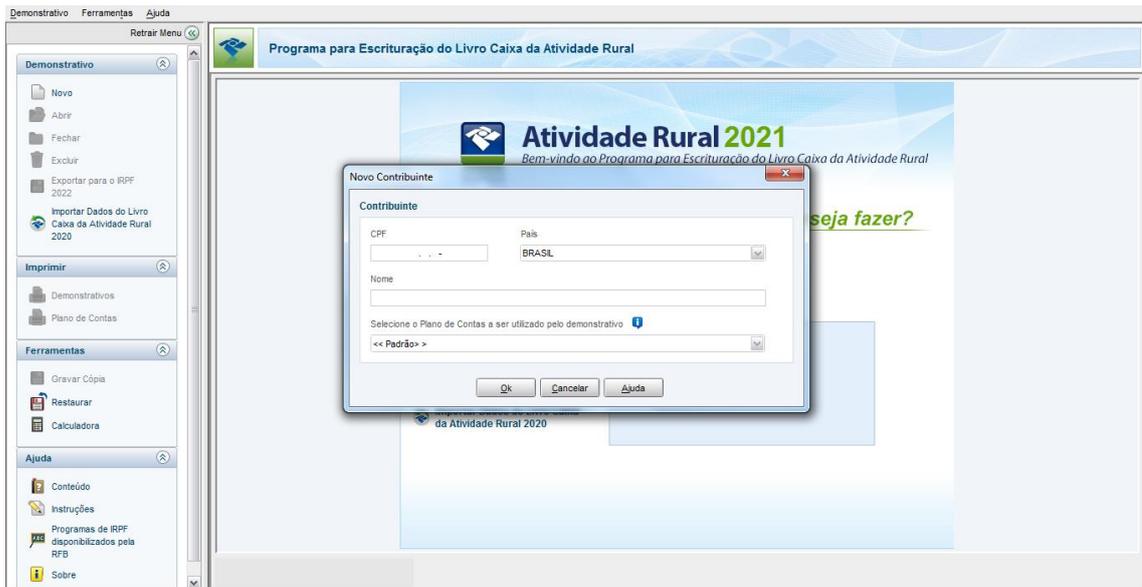
Figura 2 - Tela inicial do Programa Atividade Rural



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Há duas opções a serem escolhidas: Criar um novo demonstrativo ou importar dados do Livro Caixa da Atividade Rural do ano anterior. Considerando que seja a primeira vez que o indivíduo esteja usando o programa e não possui dados anteriores para exportar, então escolhe-se a opção “Criar Novo Demonstrativo”. No caso de o contribuinte já ter utilizado o programa anteriormente, deve optar por importar dados do Livro Caixa da Atividade Rural do ano anterior, escolhendo o arquivo no qual consta o documento. Dando continuidade ao processo, a Figura 3 ilustra a tela de inserção de um novo contribuinte.

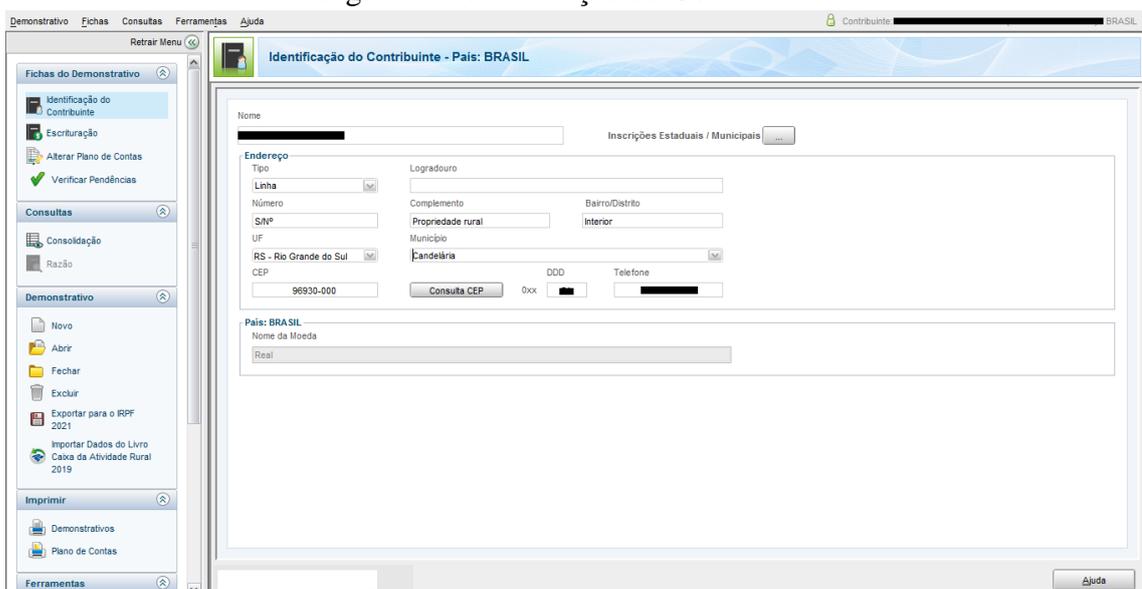
Figura 3 - Novo Contribuinte



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Logo, escolhida a alternativa de criar um novo demonstrativo, a tela que surge corresponde a Figura 3. Nessa figura, pede-se que seja identificado um Novo Contribuinte, fornecendo ao programa informações como o CPF, o país e o nome do contribuinte. Deve-se preencher com os dados corretamente, e após escolher a opção “Ok”, o que direcionará o contribuinte a outra tela, a qual é mostrada na Figura 4, em que é pedido ao contribuinte que forneça mais informações pessoais.

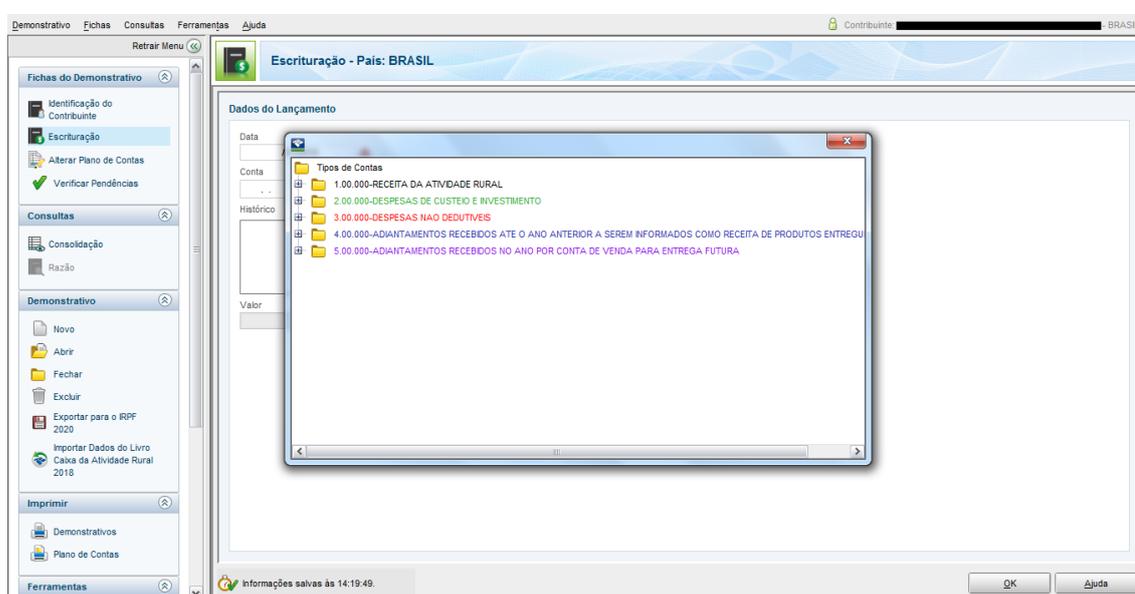
Figura 4 - Identificação do Contribuinte



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

É necessário que o contribuinte forneça informações sobre seu endereço: tipo, logradouro, número, complemento, bairro/distrito, UF, município, CEP e número de telefone, assim como é demonstrado na Figura 4. As informações que o contribuinte insere no programa são salvas automaticamente por ele, porém, podem ser alteradas havendo necessidade. Continuando o processo de escrituração, a Figura 5 ilustra os tipos de contas presentes no Programa Atividade Rural, dentre as quais o contribuinte deve se enquadrar.

Figura 5 - Tipos de Contas

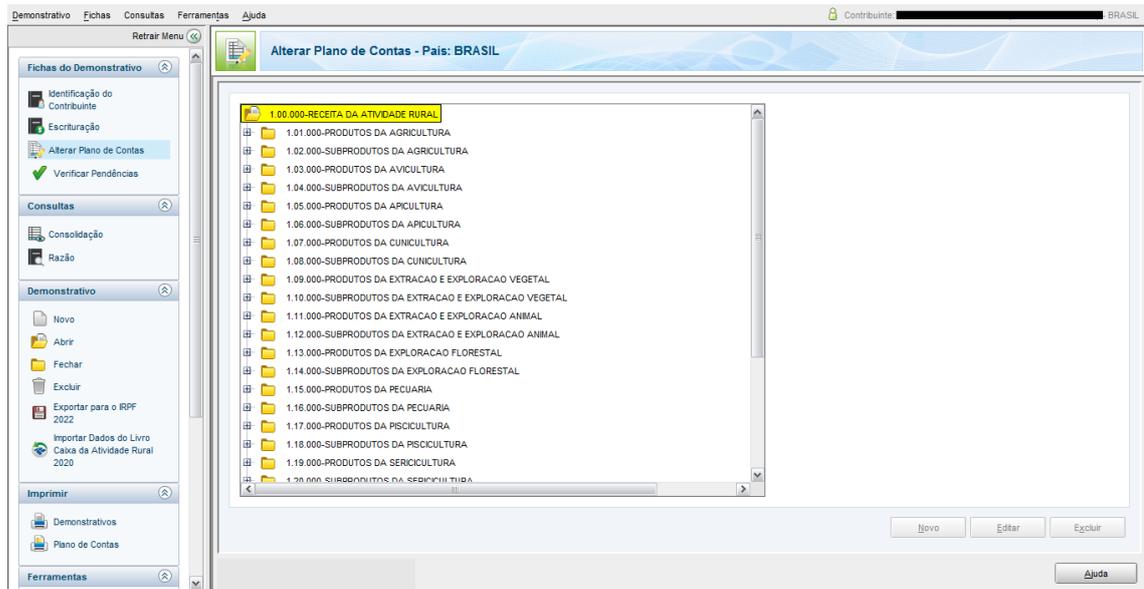


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Completadas as informações acerca da Identificação do Contribuinte, segue-se a apresentação dos tipos de contas, como é exemplificado na Figura 5. O plano de contas é classificado em receita da atividade rural, despesas de custeio e investimento, despesas não dedutíveis e adiantamentos recebidos. Cada tipo é composto por outras opções, o que fornece um maior detalhamento das informações, como exemplificam as próximas figuras.

A Figura 6 mostra alternativas que compreendem a receita da Atividade Rural, visando proporcionar maior especificação de onde originou a entrada de dinheiro na propriedade rural.

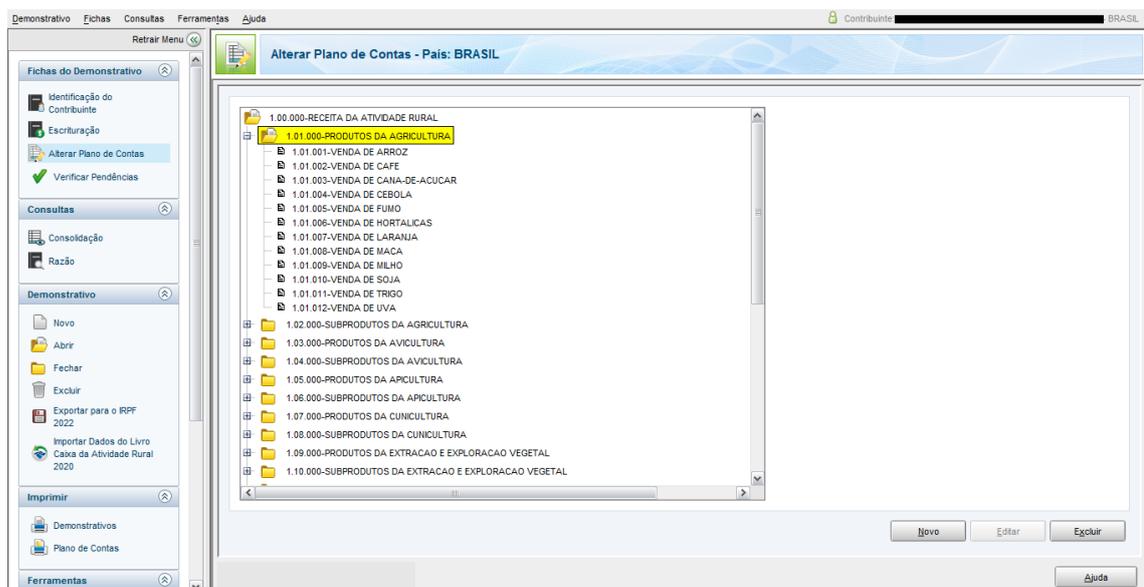
Figura 6 - Receita da Atividade Rural



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Figura 6 apresenta algumas das opções dentro da conta Receita da Atividade Rural, sendo constituída por produtos e subprodutos de atividades como agricultura, avicultura, apicultura, cunicultura, pecuária, psicultura, além de extração e exploração vegetal e animal. Estas opções ainda podem ser mais detalhadas, podendo cada uma delas abrir mais uma série de itens. A Figura 7 exemplifica os produtos da agricultura.

Figura 7 - Produtos da Agricultura

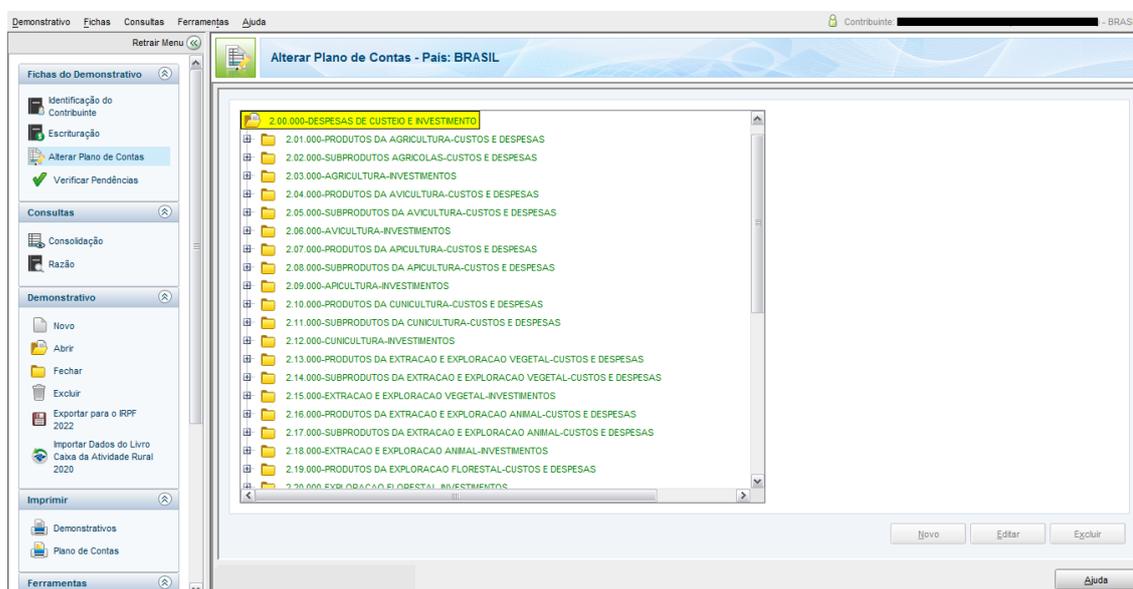


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como mostra a Figura 7, cada opção permite ainda uma maior especificação. Por exemplo, dentro do item Produtos da agricultura há a venda de determinados produtos, como arroz, café, cana-de-açúcar, cebola, fumo, hortaliças, laranja, maçã, milho, soja, trigo e uva.

Da mesma forma que nas receitas, ocorre com as despesas de custeio e investimento, como ilustra a Figura 8. Kuhn (2012), afirma que assim como os ativos devem ser gerenciados, a estrutura de passivos também deve, para servir como apoio para tomada de decisões acerca da montagem das fontes de recursos do negócio, podendo ser de curto ou de longo prazo.

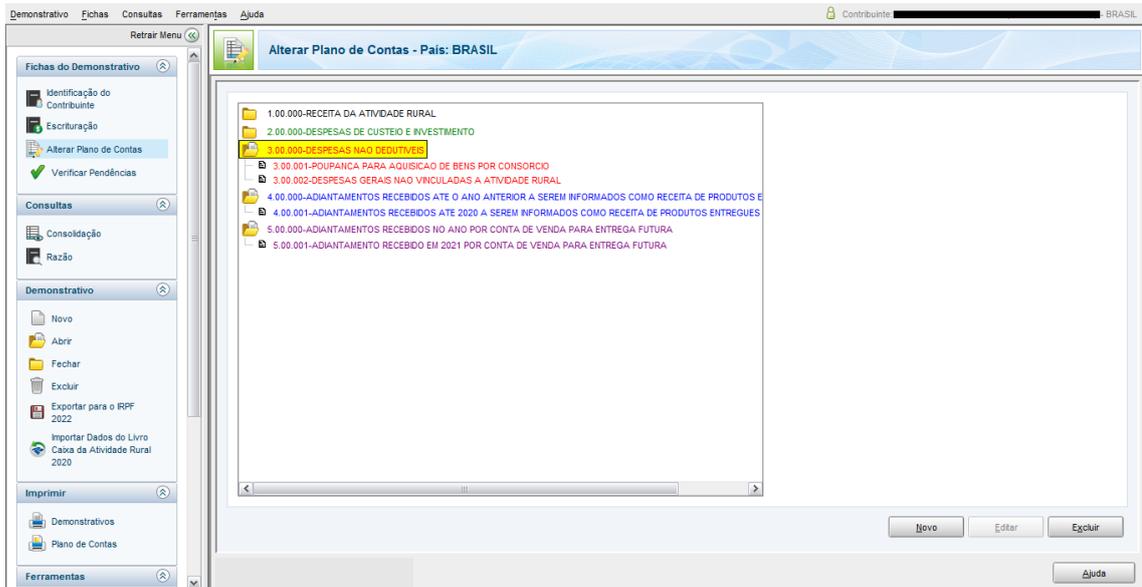
Figura 8 - Despesas de Custeio e Investimento



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dentro desse item constam as mesmas atividade que nas receitas, a diferença é que nessa são as despesas da atividade. Cada item também pode ser mais detalhado, o que fornece uma maior especificação, assim como acontece com as receitas. Há ainda outros tipos de contas pelas quais o contribuinte pode optar, as quais são apresentadas na Figura 9.

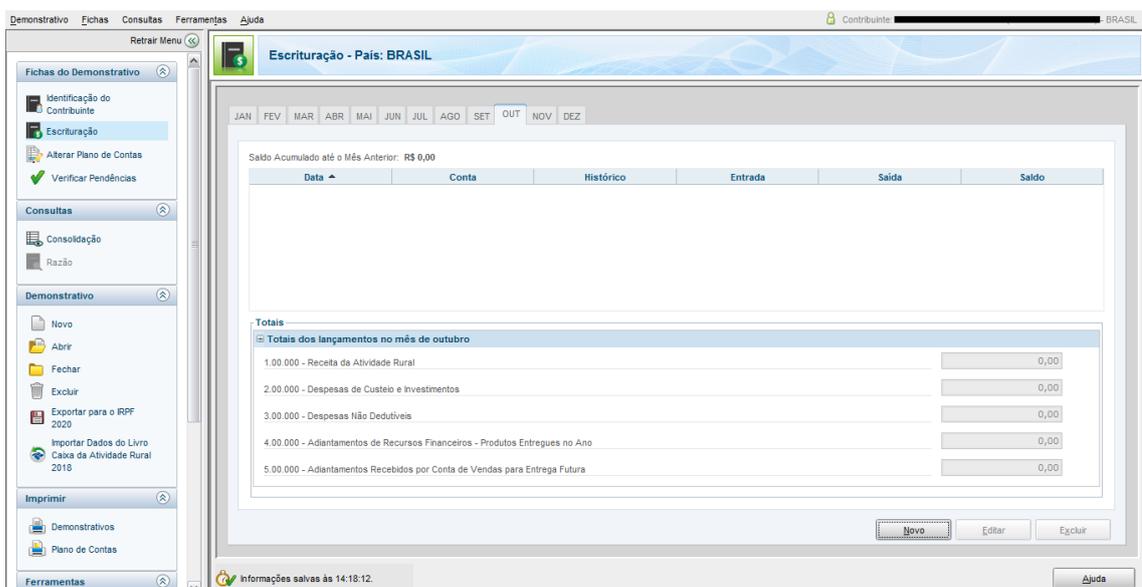
Figura 9 - Outros Tipos de Conta



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Figura 9 ilustra as outras opções do plano de contas, como despesas não dedutíveis e adiantamentos recebidos. Estes itens não podem ser tão detalhados quanto as receitas e os custos, não compreendendo dentro de si uma série de outras opções. Depois de observadas as contas e as atividades que as constituem, o contribuinte pode iniciar a escrituração, como é exemplificado na Figura 10.

Figura 10 - Início da Escrituração



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com um breve conhecimento referente as contas do plano de contas, o contribuinte pode começar a escrituração da sua atividade. Na barra de menu, a esquerda na tela, seleciona-se “Escrituração”, e visualiza-se a tela demonstrada na Figura 10. Nesta etapa, o contribuinte define o mês de lançamento da sua movimentação na parte superior e após isso, direciona-se a opção “Novo”, mais abaixo e no lado direito. Realizada essa ação, a tela que se visualiza é representada pela Figura 11 que segue. Nesta figura são apresentados os dados que o contribuinte precisa fornecer para efetuar o lançamento.

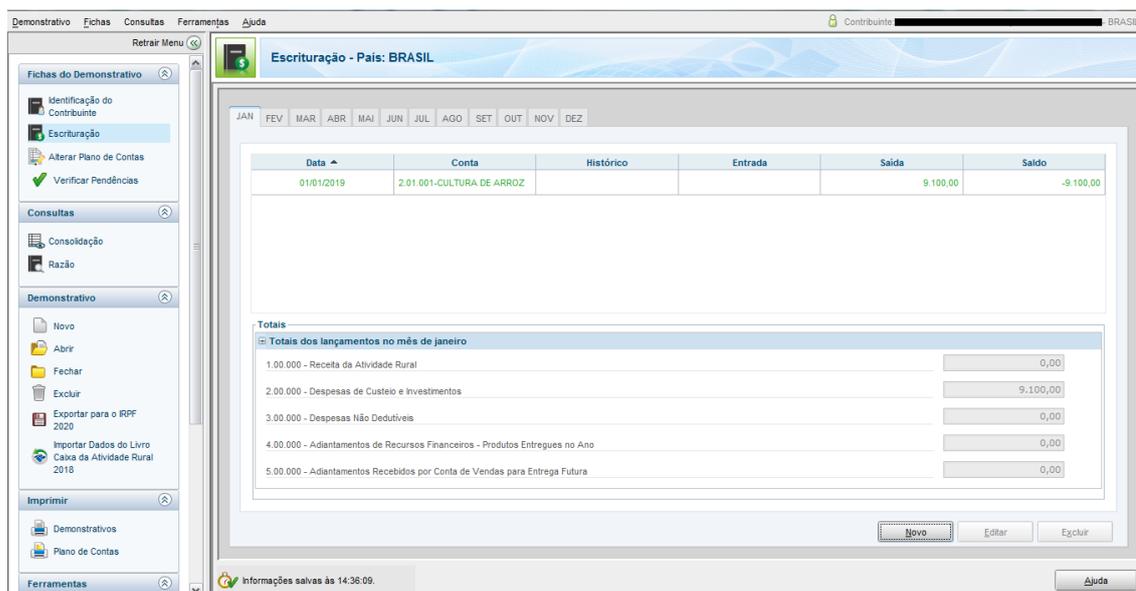
Figura 11 - Dados do Lançamento

A imagem mostra a interface de usuário de um sistema de escrituração. No topo, há uma barra de menu com 'Demonstrativo', 'Fichas', 'Consultas', 'Ferramentas' e 'Ajuda'. Abaixo, uma barra de ferramentas contém 'Retrair Menu'. O painel principal é dividido em seções: 'Fichas do Demonstrativo' (com opções como 'Identificação do Contribuinte', 'Escrituração', 'Alterar Plano de Contas' e 'Verificar Pendências'), 'Consultas' (com 'Consolidação' e 'Razão'), 'Demonstrativo' (com 'Novo', 'Abrir', 'Fechar', 'Excluir', 'Exportar para o IRPF 2020' e 'Importar Dados do Livro Caixa de Atividade Rural 2018') e 'Imprimir' (com 'Demonstrativos' e 'Plano de Contas'). A seção 'Dados do Lançamento' contém campos para 'Data' (preenchido com 01/2019), 'Conta' (com uma lupa para busca), 'Histórico' (uma área de texto vazia) e 'Valor' (preenchido com 0,00). No rodapé, há uma barra de status com 'Informações salvas às 14:19:49' e botões 'OK' e 'Ajuda'.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para fazer o lançamento de uma movimentação, o contribuinte define a data que foi efetuada, seleciona o tipo de conta, escreve um histórico e completa com o valor da operação. Preenchidas adequadamente todos os dados, seleciona-se “Ok” e o lançamento será salvo e exibido posteriormente na “Consolidação”. Após isso, fica salvo na tela o lançamento, como mostra a Figura 12.

Figura 12 - Apresentação do Lançamento



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Figura 12 exemplifica visualmente o lançamento salvo. O contribuinte pode realizar outros lançamentos, os quais realizou no mesmo mês, repetindo o processo selecionando “Novo”. Da mesma maneira, faz-se em todos os outros meses do ano do livro caixa. Caso alguma informação seja lançada de forma equivocada, há opção de editar e de excluir.

Depois de serem registrados todos os lançamentos que o contribuinte efetuou em sua propriedade rural ao longo do ano, pode-se visualizar a consolidação do fluxo de caixa realizada no período, como é exemplificado no ponto 4.4 Consolidação do Fluxo de Caixa de 2018, 2019 e 2020. O que, segundo o SEBRAE (2020), auxilia o produtor rural a analisar essas informações para tomar decisões mais assertivas.

#### 4.4 CONSOLIDAÇÃO FLUXO DE CAIXA 2018, 2019 E 2020

Se tratando de um documento com o resultado da atividade rural e com o objetivo de contribuir com a elaboração da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (TUTORIAL LCDPR, 2020), o Livro Caixa da Atividade Rural apresenta a consolidação do fluxo de caixa do período. Além disso, é uma maneira de lançamento contábil para produtores rurais, e deve ser registrada anualmente. Ressalta-se que seu descumprimento é passível de multas (MANUAL LCDPR, 2021).

Visto que, de acordo com Kuhn (2012) e Gitman (2010), o gerenciamento do dinheiro de forma eficiente é um dos objetivos da administração financeira, considera-se justo organizar os lançamentos do produtor rural no *software* Atividade Rural, pois na consolidação é visível o retorno sobre o investimento. Além disso, a administração do caixa enquadra-se como atividade de rotina dentro das funções da administração financeira (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIN, 2016). Desta forma, apresenta-se em seguida a Figura 13, onde são demonstrados os lançamentos referentes ao período de 2018.

Figura 13 - Consolidação 2018

Mês	Receitas	Despesas	Despesas Não Dedutíveis	Adiantamento(s) Recebido(s) até 2018 a Ser(em) Informado(s) como Receita(s) de Produto(s) Entregue(s) em 2019	Adiantamento(s) Recebido(s) em 2019 por Conta de Venda para Entrega Futura
JAN	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00
FEV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAI	0,00	896,00	0,00	0,00	0,00
JUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUL	22.823,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGO	48.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SET	115.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZ	8.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>195.878,00</b>	<b>986,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Figura 13 expõe a consolidação referente ao ano de 2018, apresentando mensalmente e em colunas com os tipos de contas os lançamentos efetuados ao longo do ano. Também divulga o total de cada tipo de conta, receitas da atividade rural e despesas com custeio e investimentos. Pode-se mencionar, que sua estruturação é semelhante ao do fluxo de caixa elaborado por meio da ferramenta *Excel*, apresentada no início do capítulo 4 - Discussão dos resultados. Da mesma forma, segue a Figura 14 apresentando o demonstrativo referente ao ano de 2019.

Figura 14 - Consolidação 2019

Mês	Receitas	Despesas	Despesas não Dedutíveis	Adiantamento(s) Recebido(s) até 2019 a Ser(em) Informado(s) como Receita(s) de Produto(s) Entregue(s) em 2020	Adiantamento(s) Recebido(s) em 2020 por Conta de Venda para Entrega Futura
JAN	0,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00
FEV	0,00	1.073,00	0,00	0,00	0,00
MAR	0,00	7.181,00	0,00	0,00	0,00
ABR	0,00	0,00	446,99	0,00	0,00
MAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUL	0,00	216,00	0,00	0,00	0,00
AGO	0,00	7.180,00	0,00	0,00	0,00
SET	151.690,00	11.940,00	0,00	0,00	0,00
OUT	14.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOV	0,00	1.830,00	0,00	0,00	0,00
DEZ	25.600,00	1.630,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>192.232,00</b>	<b>38.950,00</b>	<b>446,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

A consolidação de 2019, assim como a consolidação de 2018, fornece uma visão simplificada dos valores dos lançamentos do contribuinte no período. O que, segundo Kuhn (2012), o gestor financeiro utiliza com a finalidade de compreender se os totais de contas de saída e de entrada resultou em sobra ou falta de dinheiro, em um determinado período. Na consolidação da Atividade Rural esses dados podem ser visualizados. A consolidação da atividade do período confirma ainda se o caixa do empreendimento está sendo gerenciado eficazmente, se o negócio proporciona rentabilidade e lucratividade (HOJI, 2009).

Da mesma forma, outros autores como Gonçalves e Conti (2011), concordam que o fluxo de caixa possibilita ao administrador financeiro visualizar de forma mais fácil o relacionamento que há entre o caixa e o lucro. Para estes autores o fluxo de caixa não só possibilita uma visão concisa do negócio como também demonstra os recursos disponíveis.

Igualmente, a autora também elaborou a consolidação de 2020, que é representada pela Figura 15 que segue.

Figura 15 - Consolidação 2020

Mês	Receitas	Despesas	Despesas Não Dedutíveis	Adiantamento(s) Recebido(s) até 2020 a Ser(em) Informado(s) como Receita(s) de Produto(s) Entregue(s) em 2021	Adiantamento(s) Recebido(s) em 2021 por Conta de Venda para Entrega Futura
JAN	0,00	9.100,00	0,00	0,00	0,00
FEV	145.571,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABR	0,00	960,00	0,00	0,00	0,00
MAI	41.867,00	300,00	0,00	0,00	0,00
JUN	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00
JUL	0,00	3.080,00	0,00	0,00	0,00
AGO	0,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00
SET	35.684,65	41.080,00	0,00	0,00	0,00
OUT	0,00	36.630,00	0,00	0,00	0,00
NOV	0,00	42.152,00	0,00	0,00	0,00
DEZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>223.122,65</b>	<b>146.162,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A Figura 15 consiste na consolidação de 2020, sendo constituída dos lançamentos de receitas e despesas, e o total desses valores. Essa consolidação permite a organização e visão do contexto econômico real e permite planejamento para as finanças, visto que o contribuinte possui conhecimento de suas obrigações e pode tomar decisões de investimentos de curto e de longo prazo (GONÇALVES; CONTI, 2011). Já Gitman (2010), relata que fluxo de caixa consiste de um resumo das movimentações financeiras da atividade, porque é composto de entradas e de saídas.

Ressalta-se que a gestão financeira é fundamental para todas as empresas que desejam melhores resultados e o aumento de seu patrimônio. Igualmente para as propriedades rurais, considerando que os proprietários também almejam resultados eficientes e o desenvolvimento contínuo do seu negócio. Seja a propriedade grande, média ou pequena, uma gestão financeira rural de qualidade é indispensável no planejamento de investimentos.

A administração financeira, com a organização dos recursos financeiros, também propicia a rentabilidade do negócio e auxilia na identificação de falhas, apontando como corrigi-las. Além disso, permite a previsão de possíveis prejuízos. Assim, com o planejamento, a análise e o controle das atividades financeiras devidamente estabelecidos, uma propriedade rural só tem a crescer.

Atualmente, é visto com muita frequência a necessidade de uma motivação para os produtores rurais continuarem exercendo suas atividades. Muitas vezes o produto produzido

por eles não é valorizado como deveria no mercado e o investimento com insumos é cada vez maior. Desta forma, a aplicação da gestão financeira demonstrada nesse estudo voltada para o desenvolvimento e também para o crescimento de propriedades rurais, pode servir de fonte de motivação para seus proprietários. E, também, lhes mostrar como deixar o seu negócio mais rentável fazendo a gestão financeira dele.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou as diretrizes e aplicação de um fluxo de caixa por meio do modelo do Livro Caixa Digital do Produtor Rural, o qual é exemplificado na discussão dos resultados. Fornecendo uma maior contextualização, o referencial teórico apresenta pequenas propriedades rurais, a caracterização do produtor rural e uma breve descrição de como é o meio rural do município onde se localiza a propriedade rural analisada. Além disso, ele aborda aspectos da administração financeira, aprofundando o desenvolvimento da ferramenta fluxo de caixa, visto que é a ferramenta analisada nesta pesquisa.

Para o meio acadêmico este estudo julga-se relevante devido a temática do LCDPR ser recente e pouco difundida entre os que não possuem ligação com propriedades rurais, podendo a pesquisa ser utilizada por outros discentes que buscam informações na área. Para a sociedade é importante, pois é do meio rural que se originam a maior parte dos alimentos consumidos pela população, então se o negócio do produtor rural deixar de ser rentável ou a propriedade não ter uma gestão financeira adequada, o produtor pode interromper sua atividade no campo e buscar emprego nos centros urbanos.

Além disso, considera-se significativo socialmente porque pode auxiliar produtores rurais a aplicar o fluxo de caixa em seu empreendimento, e sanar dificuldades acerca do Programa Atividade Rural. Isto porque na discussão dos resultados é apresentado um passo a passo para o preenchimento das informações no *software*. Para a autora foi fundamental por aumentar seus conhecimentos sobre a gestão financeira, não apenas em um contexto geral, mas principalmente no próprio negócio do qual participa.

O objetivo geral deste estudo foi propor a aplicação das diretrizes do LCDPR para a gestão financeira de pequenas propriedades rurais do município de Candelária-RS. Julga-se que esse objetivo tenha sido atingido, visto que as diretrizes do LCDPR foram aplicadas em uma pequena propriedade rural auxiliando na gestão financeira dela.

Da mesma forma, os objetivos específicos também foram alcançados, levando em consideração que o contexto do negócio frente ao gerenciamento financeiro executado pelas pequenas propriedades rurais do município de Candelária/RS foi diagnosticado, que diante das pequenas propriedades rurais do município de Candelária/RS as diretrizes do modelo de fluxo de caixa proposto pelo LCDPR foram apresentadas e que o modelo do LCDPR foi aplicado para uma pequena propriedade rural do município de Candelária/RS, por meio do Programa Atividade Rural.

Resgata-se que o estudo foi operacionalizado através de uma proposta de aplicação dos dados financeiros de uma pequena propriedade rural no Programa Atividade Rural, além do levantamento dessas informações na elaboração de fluxos de caixa. Para isso, foram levantadas informações em Declarações do Imposto de Renda Pessoa Física e notas fiscais fornecidas pelo produtor rural.

Tendo como problemática as diretrizes do LCDPR, como auxílio na gestão financeira das pequenas propriedades rurais do município de Candelária-RS, os resultados indicam que o estudo ampliou a compreensão da temática. Nesse sentido, as principais contribuições apresentaram-se por meio da proposta de aplicação do Livro Caixa do Produtor Rural, onde foram registradas as informações da propriedade rural estudada no *software* Atividade Rural disponibilizado pela Receita Federal.

O LCDPR foi escolhido como objeto de estudo visando obter uma maior compreensão sobre ele, para então auxiliar produtores rurais a aplicá-lo em seus negócios. Observa-se que muitas vezes os produtores rurais prendem-se às tarefas rotineiras da sua propriedade e não se atentam a gestão financeira e aos avanços tecnológicos. Compram insumos agrícolas, plantam, fazem a manutenção, colhem e vendem a produção, e assim o ciclo se repete.

Porém, verifica-se que cada vez mais os produtores rurais estão preocupados com a rentabilidade do investimento que fazem em seu negócio, visto que no contexto atual, o preço de insumos agrícolas está aumentando. O que gera certa insegurança quanto a lucratividade do empreendimento, e muitos produtores questionam se vale a pena todo o esforço dedicado as atividades agropecuárias. Isso porque, se comparar o custo com investimento da safra atual com o de safras anteriores, pode-se afirmar que o valor desse investimento teve um aumento considerável.

Ao decorrer da proposta de aplicação do Programa Atividade Rural, constatou-se que para efetuar os lançamentos não há grande dificuldade, considerando que o produtor rural tenha controle das informações financeiras do seu negócio. Logo, transfere-se os números que o proprietário possui para o *software*. Porém, pode-se citar como uma barreira notável para a aplicação do Livro Caixa da Atividade Rural a questão do tempo. Isso porque o produtor precisa executar muitas outras atividades que também demandam tempo e, por vezes, essas são priorizadas em detrimento da gestão financeira. Logo, não há a devida dedicação de tempo para a construção de um fluxo de caixa.

Atualmente, o LCDPR não é obrigatório a quem tem o faturamento menor do que 4.800.000,00 reais, apesar disso, considera-se importante que os pequenos produtores rurais

tenham conhecimento dessa obrigação, e que mesmo com eventuais dificuldades com a tecnologia, aprendam a fazer lançamentos eletrônicos e planilhas digitais. Ressalta-se também, a importância de o produtor fazer uma gestão financeira do negócio, para verificar de fato se está tendo um retorno justo para o investimento que faz. Por vezes, esse gerenciamento é feito pelo produtor de uma forma informal e menos detalhada, em geral, com o conhecimento adquirido por meio do saber-fazer. Processo esse que se mantém ao longo dos anos, visto que, há resultados, não havendo motivos explícitos para se questionar o método.

Não precisa, necessariamente, fazer uso de *softwares* complexos ou planilhas, a menos que o governo venha a exigir, essas ferramentas podem vir a ser utilizadas para auxiliar e facilitar o registro de dados. Mas se o produtor acreditar que tomar nota em um caderno é mais fácil e próximo da sua realidade, que assim o faça. Para um produtor que nunca fez um acompanhamento financeiro de sua safra, anotar as entradas e saídas de dinheiro da propriedade e guardar as notas fiscais é uma grande ação. Dessa forma terá um controle financeiro da sua propriedade e pode visualizar seus resultados.

Como limitações deste estudo, pode-se citar o fato de ter sido aplicado em somente uma propriedade rural. Isso se deve em questão de acessibilidade, visto que se tratam de dados financeiros. Executar o programa Atividade Rural em outras propriedades teria agregado ao estudo, considerando que não seria apenas um caso isolado. Porém, entende-se a percepção de produtores rurais de não querer divulgar as informações financeiras de sua propriedade rural. Além disso, outro fator limitante ao estudo foi o tempo disponível para ele ser desenvolvido.

O presente trabalho tem potencial para ser explorado futuramente diante de uma abordagem mais detalhada, possuindo alguns pontos que podem vir a ser objetos de investigação. Seria interessante a proposta do livro caixa ser aplicada em outras propriedades rurais, considerando que nesta pesquisa foi criado um passo a passo para executar o *software* Atividade Rural. Por meio dele, outros produtores rurais podem organizar a gestão financeira de seu negócio, fortalecendo a compreensão dele e podendo esse processo ser relatado.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Luciano Medici; RIES, Leandro Reneu. **Gerência agropecuária: Análise de resultados**. 2. Ed. Guaíba: Agropecuária, 2001.
- BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.848**, 28 nov. 2018. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=96894>. Acesso em: 22 set. 2021.
- BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.903**, 24 jul. 2019. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=102488>. Acesso em: 26 set. 2021.
- BRASIL. Planalto. **Lei nº 6.746**, 10 dez. 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/16746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16746.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.
- BRASIL. Planalto. **Lei nº 8.023**, 12 abr. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18023.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18023.htm). Acesso em: 14 mai. 2021.
- BRASIL. Planalto. **Lei nº 8.629**, 25 fev. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.
- BRASIL. Planalto. **Lei nº 11.326**, 24 jul. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 15 mai. 2021.
- EMBRAPA. **Módulos fiscais**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em 25 mai. 2021.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FRÜHAUF, Alexandre Ricardo. **Gestão financeira e produtiva do empreendimento rural: uma análise de propriedade Frühauf**. 2014. Monografia (Graduação em Administração – LFE Administração de empresas) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lageado, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/738>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- GONÇALVES, Marcos Allan; CONTI, Idelmo Sanderson. **Fluxo de Caixa: ferramenta estratégica e base de apoio ao processo decisório nas micro e pequenas empresas**. Revista de Ciências Gerenciais. Vol. 15. Ano 2011. p. 173-190. Disponível em: <https://revista.pgss.kroton.com/index.php/rcger/article/view/2243/2142>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- HOJI, Masakasu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de Candelária**, 2017. Disponível em: 27 mai. 2021. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candelaria/pesquisa/24/76693>. Acesso em:

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de Candelária**, 2019. Disponível em: 27 mai. 2021. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candelaria/pesquisa/24/76693>. Acesso em:

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Rio Grande do Sul**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 26 mai. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Rio Grande do Sul**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 26 mai. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de Candelária**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candelaria/panorama>. Acesso em: 27 mai. 2021.

KUHN, Ivo Ney. **Gestão Financeira**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. – 126 p. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1239/Gestao%20Financeira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LEMES JÚNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MANUAL LCDPR. Disponível em: <https://scadiagro.com.br/ebook/manual-pratico-do-lcdpr/>. Acesso em 10 ago. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OSAKI, Mauro. **Gestão Financeira e Econômica da Propriedade Rural com Multiproduto**. São Carlos: UFSCar, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3404/4569.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PERDIGÃO, Dulce Maria; HERLINGER, Maximiliano; WHITE, Oriana Monarca. **Teoria e prática da pesquisa aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

QUEIROZ, Rodrigo. **Gestão da pequena propriedade rural**. Brasília-DF: NT editora, 2014. Disponível em: [https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agricultura\\_geral/livros/GESTAO%20DE%20PEQUENA%20PROPRIEDADE%20RURAL.pdf](https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agricultura_geral/livros/GESTAO%20DE%20PEQUENA%20PROPRIEDADE%20RURAL.pdf). Acesso em: 25 abr. 2021.

RECEITA FEDERAL. **Perguntas e respostas LCDPR**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/lcdpr-livro-caixa-digital-do-produtor-rural/PerguntaseRespostasLCDPR.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SEBRAE. **Manual de boas práticas de gestão financeira para o agronegócio**. 2020. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/8c6e7c7fdadbcad222eccfaf7c3cf6f8/\\$File/30473.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8c6e7c7fdadbcad222eccfaf7c3cf6f8/$File/30473.pdf). Acesso em 20 abr. 2021.

SEBRAE. **Perfil dos Municípios Gaúchos: Candelária**. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil\\_Cidades\\_Gauchas-Candelaria.pdf](https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Candelaria.pdf). Acesso em: 29 mai. 2021.

SERASA, Certificado digital. e-CAC. Disponível em: <https://serasa.certificadodigital.com.br/uso/e-cac/>. Acesso em: 20 out. 2021.

SYGMASISTEMAS. **Tutorial LCDPR** – Livro Caixa Digital do Produtor Rural: tire suas dúvidas! Disponível em: <https://www.sygmasisistemas.com.br/tutorial-lcdpr-livro-caixa-digital-do-produtor-rural/>. Acesso em 10 ago. 2021.

VERNIER, Alexandre Bolzan. **Análise de mercado para abertura de uma filial de loja de materiais de construção, ferramentas e peças agrícolas no distrito Recanto Maestro/RS**. Restinga Sêca/RS, 2018.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. Ed. 2. Reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. Disponível em: [http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB\\_2014\\_2/Modulo\\_1/Metodologia/material\\_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf](http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf). Acesso em: 25 mai. 2021.